

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CRISTIANE EMY ZAMA DE SOUZA

RESERVA LEGAL – ÔNUS DO PROPRIETÁRIO RURAL

CURITIBA

2014

CRISTIANE EMY ZAMA DE SOUZA

RESERVA LEGAL – ÔNUS DO PROPRIETÁRIO RURAL

Trabalho apresentado para obtenção parcial do Título de Especialista em Direito Ambiental no curso de Pós-Graduação em Direito Ambiental, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professor Doutor Vitor Afonso Hoeflich.

Co-orientadora: Doutora Mara Freire Rodrigues de Souza.

CURITIBA

2014

Para meus pais.

Sonhei!

E vi meu pai trabalhando de sol a sol, sem jamais
esquecer que é lutando que se conquista a
vitória!

AGRADECIMENTOS

Realizar este trabalho foi um momento de construir-se, e por isso estou devedora de um débito que não terei como saldar, pois devo tanto, a tantos, que foram sustentáculo para as dificuldades e desafios que enfrentei.

Homenageio um a um, àqueles com quem convivi e conheci mais de perto as dificuldades por mim enfrentadas, e também àqueles que talvez nunca saibam o quanto lhes devo.

De cada um aprendi um pouco.

Agradeço a Deus, que me deu força e faz com que surjam momentos únicos em minha vida.

Um agradecimento especial:

Àos meus queridos

Vitor Afonso Hoeflich e Mara Freire Rodrigues de Souza.

Por me ajudarem na escolha do tema.

E, pela pacienciosa orientação.

Professores e amigos, atenciosos, críticos, éticos!

Aos meus eternos amores:

Família!

Pela confiança e amparo.

Josiney de Souza pelo apoio, paciência e carinho.

Sara Freitas do Nascimento pela amizade e ajuda com distração, quando tudo parecia perdido.

“Para ser grande, sê inteiro: nada
Teu exagera ou exclui.
Sê todo em cada coisa. Põe quanto és
No mínimo que fazes.
Assim em cada lago alua toda.
Brilha, porque alta vive”.

(Fernando Pessoa)

RESUMO

A presente monografia trata de estudar e descrever a evolução da legislação ambiental acerca da reserva legal, onde o objetivo principal é analisar a responsabilidade do Estado pelo ônus da reserva legal. As legislações ambientais vêm a cada dia impondo mais obrigações aos proprietários rurais, sem qualquer contraprestação. Todavia, aduz a Constituição Federal que o ônus da limitação administrativa imposta pela legislação pertence ao Poder Público e à coletividade e não tão apenas ao particular. Assim, procura-se explicar o dever do Estado frente ao ônus suportado pelo proprietário rural, demonstrando que o princípio da supremacia do poder público sobre o privado necessita ser aplicado de forma a adequar os direitos do particular e da coletividade para que tenha uma ótima aplicação ao caso concreto. Isso, sem que nenhum direito seja anulado de maneira que se torne insustentável para alguma das partes. Ainda, há a demonstração de como o ônus incumbe àquele que menos pode, e que mais precisa da proteção ambiental, ficando o Estado e toda coletividade com o bônus de toda situação, sem que haja uma compensação justa. Conclui-se que a função socioambiental, bem como a reserva legal não são suficientes para que se tenha uma sadia qualidade de vida e um meio ambiente equilibrado, visto que para isto englobam inúmeros fatores que de longe garantem a preservação ecológica.

Palavras-chave: Reserva Legal. Ônus. Particular- Coletividade-Estado.

ABSTRACT

This monograph is to study and describe the evolution of environmental legislation on the legal reserve, where the main objective is to analyze the State's responsibility for the burden of legal reserve. Environmental laws come every day imposing more obligations on landowners without any consideration. However, the Constitution adduces that the burden of administrative limitation imposed by law belongs to the Government and the community and not only as to the particular. Thus, we seek to explain the duty of the State against the burden borne by the landowner; demonstrating that the principle of supremacy of public power over private power needs to be applied in order to adjust the rights of the individual and the community so that has a great application the real case. This, without any right to be canceled so that it becomes unsustainable for any of parties. Yet, there is a demonstration of how the burden falls to the one who can least and need more environmental protection, leaving the State and the whole community with the bonus of the whole situation, without fair compensation. We conclude that the social and environmental function as well as legal reserve are not sufficient in order to have a healthy quality of life and a balanced environment, since for this include numerous factors that guarantee by far the ecological preservation.

Keywords: Legal Reserve, Burden, Particular-Community-State.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 OBJETIVOS.....	12
1.1 OBJETIVO GERAL.....	12
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
2 MATERIAL E MÉTODOS.....	13
2.1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS.....	13
2.1.1 Políticas Públicas.....	13
2.1.2 Política Florestal.....	15
2.1.3 Pequeno Produtor Rural.....	15
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	
3.1 A RESERVA FLORESTAL LEGAL E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	17
3.1.1 Evolução Histórica da Reserva Florestal Legal.....	17
3.1.2 A Evolução Legislativa da Reserva Florestal Legal.....	29
3.1.3 A Reserva Florestal Legal de acordo com a Lei nº 12.651/2.012.....	32
3.2 O INSTITUTO JURÍDICO DA RESERVA FLORESTAL LEGAL E O PAPEL DO ESTADO.....	33
3.2.1 Da Responsabilidade do Estado com Relação ao Instituto da Reserva Florestal Legal.....	34
3.2.2 A Função Socioambiental da Propriedade.....	38
3.2.3 O Pequeno Proprietário Rural.....	40
3.3 A RESERVA FLORESTAL LEGAL COMO ÔNUS DO PROPRIETÁRIO RURAL.....	42
3.3.1 A Intervenção do Poder Público na Propriedade Privada.....	44

3.3.2 Da Inexistência da Supremacia do Poder Público sobre o Privado.....	46
3.4 AÇÕES PARA O ESTADO EM RELAÇÃO AO INSTITUTO DA RESERVA FLORESTAL LEGAL.....	49
3.4.1 Exemplificação de Ônus Econômico Decorrente da Exigência da Reserva Florestal Legal.....	52
4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	54
REFERÊNCIAS.....	57

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar representa 85% das propriedades rurais do país, e é responsável por 60% dos alimentos que chegam à mesa das famílias brasileiras e pelo fornecimento de matéria-prima para as indústrias, contribuindo para aproximadamente 10% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Constitui 77% das ocupações produtivas e dos empregos no meio rural. (CASSEL, 2.007).

O Estado do Paraná ocupa 2,3% do território nacional, e de acordo com o IBGE (2.012) é o segundo maior produtor de grãos do país com a participação de 19,2%. Segundo o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) (2.010), o Estado possui 108.262 propriedades rurais com áreas de reserva legal adequadas à exigência do Código Florestal, o equivalente a 1,6 milhão de hectares.

De acordo com dados do INCRA (2.010), o estado do Paraná possui 474 mil pequenas propriedades com até quatro módulos rurais (média de 72 hectares), ocupando 7,9 milhões de hectares, correspondente a 39,7% do território estadual. Pelo Código Florestal, a Reserva Legal destas propriedades somará 1,6 milhão de hectares, equivalente a 8% do território do estado.

A efetividade do cumprimento do Código Florestal Brasileiro, no que concerne ao objetivo de preservar as áreas de reserva legal e áreas de preservação permanente, encontra resistência nos agricultores que afirmam que a diminuição de renda é significativa em decorrência desse espaço inutilizado para a agropecuária, inviabilizando a permanência dos mesmos no campo. (TAUBE, 2.012).

A Reserva Legal é um tema vastamente comentado atualmente. Contudo, é um ônus evidenciado ao proprietário rural, com exigências desproporcionais do ponto de vista constitucional, onde a Constituição da República prevê que o dever de zelar por um meio ambiente equilibrado é de todos (BRASIL, 1.988). Todavia o Estado acaba transferindo maior parte de responsabilidade para o proprietário rural.

O produtor rural atualmente é responsabilizado pelos desmatamentos praticados desde o início da exploração das terras, muitos foram multados em valores que excediam o da propriedade, outros impedidos de receber financiamentos, e por fim todos tinham que arrancar suas lavouras e replantar mata nativa. Assim, as leis ambientais acabaram prejudicando os pequenos proprietários, que dispõem de pouca terra para plantar (REBELO, 2.013).

Salienta que no que tange a legislação ambiental e social brasileira é muito mais rígida que em outros países. Notando-se um forte desequilíbrio nas exigências a serem cumpridas. Os EUA, principal concorrente do Brasil no cultivo da soja, não possuem área de preservação permanente nem de reserva legal (LOVATELLI, 2.013). Já o Brasil possui 61% do seu território de mata nativa (SODRÉ, 2.012).

A preocupação com o meio ambiente é uma questão que surgiu bem antes da Reserva Legal, visto que desde a época do Brasil colônia já havia a preocupação com as matas. (DUTRA, 2.009).

A reserva legal surgiu não com o escopo de ser área de exploração sustentável dos recursos vegetais e florestais, mas sim como reserva de recurso (madeira) para a propriedade rural. (BACHA, 2.003). Todavia, com as modificações introduzidas no instituto sua obrigatoriedade no imóvel rural passou a apresentar-se como uma restrição administrativa para o proprietário rural, que tem seu direito de propriedade restringido por uma imposição legal, ocasionando prejuízos para o proprietário, que se vê privado do uso pleno de sua propriedade (Neto *in* FREITAS, 2.006).

Dispor de parte de sua área produtiva para os pequenos proprietários rurais compromete a função social da pequena propriedade, pois inviabiliza a livre concorrência ao diminuir a produção, contribuindo para o aumento das desigualdades regionais e sociais (FRIES, 2.012).

Assim, há a necessidade de adequar à realidade da situação do proprietário rural, a fim de atribuir as responsabilidades para quem é devido, ou seja, para o Poder Público (BRASIL, 1.988).

1 OBJETIVOS

1.1 OBJETIVO GERAL

O trabalho tem como objetivo analisar o impacto da reserva legal no contexto da pequena propriedade rural, passando a se apresentar como ônus ao seu proprietário.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Descrever a evolução histórica do instituto da Reserva Legal;
- b) Descrever o papel do Estado com relação ao instituto da Reserva Legal;
- c) Demonstrar o ônus do instituto da reserva legal ao pequeno proprietário rural.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O método empregado foi o descritivo/bibliográfico, com procedimento de análise do material de pesquisa para revisão bibliográfica e possível reflexão crítica dos resultados obtidos, constituindo em uma monografia de compilação.

Para tanto, se vislumbra como a doutrina vem discutindo o problema apresentado, vez que a pesquisa bibliográfica é o principal instrumento utilizado. Foram selecionados livros, artigos, jornais e periódicos, nos meios físicos e digitais, que tratam do assunto abordado.

Para Silva (2.001) a pesquisa descritiva “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”, e bibliográfica “quando elaborada a partir de material já publicado, constituindo principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na *Internet*”.

2.1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS

A seguir são apresentados os principais conceitos que se julgam importantes para o entendimento da presente pesquisa, bem como, as considerações que embasam as discussões e os resultados.

2.1.1 Políticas Públicas

Teixeira (2.002) explica que Políticas Públicas são princípios os quais norteiam as ações do poder público, com regras e procedimentos que servem de mediação entre a sociedade e o Estado. Constituem em políticas explícitas, sistematizadas ou formuladas em documentos, como: leis, programas e linhas

de financiamento, orientando ações que envolvem recursos públicos. Também são consideradas as omissões, na forma de manifestações políticas.

Abaixo se apresenta um diagrama do sistema da Política Florestal, demonstrando que “a legislação florestal deverá estar em harmonia com o arcabouço constitucional e as leis básicas do país, assim como os objetivos da política florestal”. (HUSCH, 1.987 *apud* HOEFLICH, 2.007).



Fonte: Extraído de (HOEFLICH, 2.007).

As políticas públicas são instrumentos utilizados por meio de mecanismos jurídicos para que o Estado possa influenciar a atuação da sociedade civil, de forma a satisfazer os problemas do interesse público. (GRAU, 2.002 *apud* BREUS, 2.006).

O Estado necessita de capacidades para exercer funções essenciais, como manter a estabilidade da macroeconômica e de assegurar o crescimento econômico, implementando e aplicando políticas, garantindo que as políticas públicas não se transformem vítima de interesses especiais. (STEIN, 2.006).

2.1.2 Política Florestal

Mantel (1.962), citado por Ladeira (1.988) explica que Política Florestal “é um ramo da política econômica”. Worrel (1.970) acrescenta que estas políticas “especificam alguns princípios no que corresponde a utilização dos recursos florestais de uma sociedade”. (LADEIRA, 1.988 e WORREL, 1.970 *apud* HOEFLICH, 2.007).

Os objetivos das políticas florestais têm sido diversificados no momento, oferecendo igualmente a importância para a produção e a conservação, dessa forma, a floresta apresenta-se como um potencial econômico, mas ao mesmo tempo possui importância para o meio ambiente. Essas políticas ainda buscam “equilíbrio entre a produção madeireira, os usos recreativos e a proteção das florestas com o objetivo de proteger os solos e as águas e conter os efeitos das calamidades naturais”. (SCHMITHÜSEN, 2.005 *apud* HOEFLICH, 2.007).

Merlo e Paveri (1.987) classificam os instrumentos de política jurídicos e reguladores como obrigatórios, exemplos: a) direito de propriedade e outras definições atribuições decorrentes das constituições e das leis; b) convenções internacionais juridicamente vinculantes; c) regulação mediante leis: padrões e licenças, códigos de prática e planejamento; d) condições das terras florestais, proteção dos recursos, ordenamento e posse de uso de terras, planejamento e programação; e) organismos públicos, compra e ordenamento florestal. (MERLO E PAVERI, 1.987 *apud* HOEFLICH, 2.007).

2.1.3 Pequeno Produtor Rural

De acordo com o inciso I, do artigo 3º da Lei nº 11.428 de 2.006, pequeno produtor rural é aquele que, residindo na zona rural, detenha a posse de gleba rural não superior a 50 (cinquenta) hectares, explorando-a mediante o trabalho pessoal e de sua família, admitida a ajuda eventual de terceiros, bem como as posses coletivas de terra considerando-se a fração individual não superior a 50

(cinquenta) hectares, cuja renda bruta seja proveniente de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais ou do extrativismo rural em 80% (oitenta por cento) no mínimo. (BRASIL, 2.006).

Entretanto, de acordo com a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2.006, consideram-se agricultor familiar aquele que não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais, que varia de 5 (cinco) a 110 (cento e dez) hectares o módulo rural, sendo de 20 (vinte) a 440 (quatrocentos e quarenta) hectares a pequena propriedade rural. (BRASIL, 2.006).

O Novo Código Florestal, Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2.012, define em seu inciso V, do artigo 3º pequena propriedade ou posse rural familiar como aquela explorada mediante o trabalho pessoal do agricultor familiar e empreendedor familiar rural, incluindo os assentamentos e projetos de reforma agrária, e que atenda o disposto na lei anteriormente citada. (BRASIL, 2.012).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 A RESERVA FLORESTAL LEGAL E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA

O Código Florestal de 1.934 estabelecia em seu art. 23 que: “Nenhum proprietário de terras cobertas de matas poderá abater mais de tres quartas partes da vegetação existente, salvo o disposto nos arts. 24, 31 e 52”.

Posteriormente, o Código Florestal de 1.965, Lei nº 4.771, no seu art. 16 estabelecia que:

As florestas de domínio privado, não sujeitas ao regime de utilização limitada e ressalvadas as de preservação permanente, previstas nos arts. 2º e 3º desta lei, são suscetíveis de exploração, obedecidas as seguintes restrições:

a) nas regiões Leste Meridional, Sul e Centro-Oeste, esta na parte sul, as derrubadas de florestas nativas, primitivas ou regeneradas, só serão permitidas, desde que seja, em qualquer caso, respeitado o limite mínimo de 20% da área de cada propriedade com cobertura arbórea localizada, a critério da autoridade competente;

b) nas regiões citadas na letra anterior, nas áreas já desbravadas e previamente delimitadas pela autoridade competente, ficam proibidas as derrubadas de florestas primitivas, quando feitas para ocupação do solo com cultura e pastagens, permitindo-se, nesses casos, apenas a extração de árvores para produção de madeira. Nas áreas ainda incultas, sujeitas a formas de desbravamento, as derrubadas de florestas primitivas, nos trabalhos de instalação de novas propriedades agrícolas, só serão toleradas até o máximo de 50% da área da propriedade;

c) na região Sul as áreas atualmente revestidas de formações florestais em que ocorre o pinheiro brasileiro, "Araucariaangustifolia" (Bert - O. Ktze), não poderão ser desflorestadas de forma a provocar a eliminação permanente das florestas, tolerando-se, somente a exploração racional destas, observadas as prescrições ditadas pela técnica, com a garantia de permanência dos maciços em boas condições de desenvolvimento e produção;

d) nas regiões Nordeste e Leste Setentrional, inclusive nos Estados do Maranhão e Piauí, o corte de árvores e a exploração de florestas só será permitida com observância de normas técnicas a serem estabelecidas por ato do Poder Público, na forma do art. 15.

Parágrafo único. Nas propriedades rurais, compreendidas na alínea "a" dêste artigo, com área entre vinte (20) a cinqüenta (50) hectares computar-se-ão, para efeito de fixação do limite percentual, além da cobertura florestal de qualquer natureza, os maciços de porte arbóreo, sejam frutícolas, ornamentais ou industriais.

Em 1.989, a Lei nº 7.803 altera o Código Florestal de 1.965, nomeando o instituto da reserva legal, visto que em legislações anteriores apenas havia restrições quanto ao corte de matas, sem fazer qualquer alusão à reserva legal. Esta lei acrescentou o § 2º e o § 3º ao art. 16 e o parágrafo único do art. 44, os quais diziam:

§ 1º Nas propriedades rurais, compreendidas na alínea a deste artigo, com área entre 20 (vinte) a 50 (cinquenta) hectares, computar-se-ão, para efeito de fixação do limite percentual, além da cobertura florestal de qualquer natureza, os maciços de porte arbóreo, sejam frutíferos, ornamentais ou industriais.

§ 2º. A reserva legal, assim entendida a área de, no mínimo, 20% (vinte por cento) de cada propriedade, onde não é permitido o corte raso, deverá ser averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, sendo vedada, a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, ou de desmembramento da área.

§ 3º Aplica-se às áreas de cerrado a reserva legal de 20% (vinte por cento) para todos os efeitos legais."

Art. 44.....

Parágrafo único. A reserva legal, assim entendida a área de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), de cada propriedade, onde não é permitido o corte raso, deverá ser averbada à margem da inscrição da matrícula do imóvel no registro de imóveis competente, sendo vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, ou de desmembramento da área."

O art. 44 tratava da Amazônia Legal e o art. 16 das demais regiões do país.

A Medida Provisória 1511/1996 modifica o art. 44, estabelecendo no § 2º que: "Nas propriedades onde a cobertura arbórea se constitui de fitofisionomias florestais, não será admitido o corte raso em pelo menos oitenta por cento dessas tipologias florestais".

A modificação introduzida pela MP 1.511/1996 foi mantida em todas as demais alterações do Código Florestal e vige até hoje, com a única alteração de que o texto da Lei 12.651/12 não menciona mais o termo fitosionomia florestal, mas refere-se às "formações florestais existentes na Amazônia Legal".

Em 26 de maio de 2.000, a Medida Provisória 1.956-50 acrescenta conceitos ao Código Florestal, inclusive o de Reserva Legal, que é definida como:

área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas.

De acordo com PADILHA, (2.004) o proprietário rural é obrigado a deixar parte da vegetação natural de sua propriedade para a proteção do ecossistema.

A Reserva Legal é uma área localizada dentro de uma propriedade rural, obrigatória para todos os imóveis. É parte certa e localizada dentro do imóvel, de caráter definitivo e imutável, averbada no registro de imóveis, com o objetivo de preservar as florestas particulares, proibida o corte raso. Todavia, esta independe da averbação no Registro de Imóveis para a sua existência. (FREITAS, 2.006).

Esse conceito de Reserva Legal não se alterou com a edição da Lei nº 12.651/12, como pode ser observado no artigo 3º, inciso III, que assim dispõe:

Considera-se Reserva Legal área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do artigo 12, cuja finalidade é a de assegurar o uso econômico de maneira que conserve a sustentabilidade dos recursos naturais do imóvel rural, além de promover a biodiversidade.

A citada Lei determina que cada proprietário deverá deixar como Reserva Legal, 80% da propriedade rural localizada na Amazônia Legal; 35% da propriedade rural localizada no bioma cerrado dentro dos estados que compõem a Amazônia Legal e 20% nas propriedades rurais localizadas nas demais regiões do país. (BRASIL. 2.012).

Embora existissem no contexto da Lei nº 4.771/65, ambos os institutos (APP e Reserva Legal) foram conceituadas pela primeira vez com as Medidas Provisórias nº 1.956/00 e nº 2.166-67/2.001, que reformaram a Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1.965.

Área de preservação permanente de acordo com aquela norma era então a: “área protegida nos termos dos arts. 2º e 3º desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a

paisagem, a flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas”.

O artigo 2º e 3º da Lei 4.771/65 apresentava o rol indicativo do que se considerava Área de Preservação Permanente, área onde não é permitido o uso direto, devendo ser mantida com a vegetação natural. Segundo Miranda, (MIRANDA, 2.009) eram aquelas situadas:

- Em faixas de terra que margeiam os rios (vegetação ciliar);
- Às margens de lagoas, lagos ou reservatórios de água naturais ou artificiais;
- Ao redor de nascentes ou olhos d'água;
- Em topos de morros, montanhas e serras;
- Em encostas ou parte delas com declividade superior a 45º.

A Área de Preservação Permanente é área protegida, “coberta ou não por vegetação nativa, com função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”. (MACHADO, 2.012).

De acordo com Machado:

... a Área de Preservação Permanente é um espaço que deve haver floresta ou vegetação, e se não tiver deve ser plantada. Tem como escopo não somente a preservação da vegetação, mas a proteção das águas, do solo e da biodiversidade, da paisagem e bem-estar humano.

Afirma ainda que: “A área de preservação permanente – APP não é um favor da lei, é um ato de inteligência social, e é de fácil adaptação às condições ambientais”. (MACHADO, 2.012).

A Reserva Florestal Legal deve se adequar a tríplice função social da propriedade: “econômica, social e ambiental” que limitam o direito de propriedade. Já a Área de Preservação Permanente não tem uma função econômica direta, já que não se permite seu uso, mesmo que de maneira sustentável, pois é destinada apenas à proteção ambiental. Dessa forma, a Reserva Florestal Legal somente

incide sobre o domínio privado, já as Áreas de Preservação Permanente incidem tanto no domínio privado quanto no público. (MACHADO, 2012).

3.1.1 Evolução Histórica da Reserva Florestal Legal

O século XV, conhecida como Idade das Navegações ou do Mercantilismo, grandes embarcações partem da Europa de países como: Espanha e Portugal em busca de novas conquistas. (PIRES, 1.999).

No final do século XV, mais precisamente no dia 22 de abril de 1.500, o Brasil é descoberto. Na época as florestas eram importante elemento de vida para os índios, pois era dela que retiravam o alimento. (KENGEN 2.001 apud HEIMANN, 2.012).

Com o descobrimento do Brasil, foram editadas por Dom Afonso IV, as Ordenações Afonsinas, que previam como crime, com a pena de açoite para os infratores, o corte de árvores frutíferas. Nas ordenações Filipinas (1.595), o corte de árvore de fruto continua a ser proibido e a pena para esse crime era o degredo definitivo para o Brasil. (DUTRA, 2.009).

Desde a época do Brasil Colônia já havia a preocupação na preservação das matas nativas existentes nas propriedades privadas rurais. (DUTRA, 2.009) Com a grande expansão da indústria naval e a defesa do patrimônio florestal, vários países europeus reviram suas legislações, criando sistema de defesas para suas matas. Portugal que tinha pequenas reservas e que precisava protegê-las punia o incêndio doloso até com a pena de morte. (PEREIRA, 1.950 apud PIRES, 1.999).

Com o aumento de consumo e dificuldade de extração de madeiras nativas na Europa, os madeireiros começam a cortar madeiras indistintamente em terras brasileiras. “O agravamento da situação despertou o governo português para criação de uma nova política de fiscalização, sendo então estabelecidos os juízes conservadores, que tinham em seu encargo além do julgamento das infrações, impondo prisões e penalidades, também a função policial, responsabilizando-se pela vigência dos trabalhadores e funcionários empenhados na tarefa de cortes das madeiras e sua remessa quer para outros portos, quer para metrópole. (PEREIRA 1.950 apud PIRES, 1.999).

Em 1797, o governo baixa novas instruções, declarando de propriedade da coroa “todas as matas e arvoredos à borda da costa, ou de rios que desemboquem imediatamente no mar, e por onde em jangadas se possam conduzir as madeiras cortadas até as praias”. (CARNEIRO, 1.981 apud PIRES, 1.999).

Em 11 de julho de 1799, ressaltando as instruções citadas anteriormente, é baixado o primeiro regimento de corte de madeiras. Nele estavam contidas minuciosas determinações por meio de medidas de qualidade, sobre o modo de abater árvores, serrá-las, apor as marcas e despachá-las. Em caso de cortes ilegais, o faltoso era punido com penalidades que variavam desde valores de cunho monetário, até a pena de degredo por dois anos em casos de reincidência. Pode-se afirmar que esse regimento foi o primeiro esboço de Código Florestal que o Brasil teve, configurando-se a política florestal que a Metrópole delineava para suas colônias, fundamentada no interesse econômico, mas que confirmava as preocupações conservadoras do Governo Português (CARNEIRO, 1981 apud PIRES, 1.999).

Data de 8 de julho de 1800, a Carta Régia, na qual D. João VI obrigava os proprietários a conservarem as madeiras e paus reais numa largura de 10 léguas da costa marítima. Eram excetuados dessa proibição os cedros. A nova instrução delegava poderes aos governadores das capitanias para autorizarem o corte de árvores necessárias ao consumo local em habitações, engenhos e outras obras. (PEREIRA, 1950 apud PIRES, 1.999).

José Bonifácio de Andrade e Silva foi quem trouxe os conceituais da instituição de terrenos florestais em terras privadas. Em setembro de 1.796 foi de Viena para Berlim, Capital da Prússia, onde frequentou o curso de silvicultura que era ministrado pelo conde Burgsdorf em “Forstakademie” (Academia de Florestas), fundada em 1.770. (CARNEIRO, 1.972 apud AHRENS, 2.007).

José Bonifácio em 1.819 propôs que:

No novo Estado Nacional, cuja constituição era eminente, a transferência das terras públicas, aos particulares ficasse condicionada a manutenção, com florestas, da sexta parte do terreno (ou seja, 16,67% da área total de cada gleba), “*que não poderá ser derrubada nem queimada, sem que se façam novas plantações de bosques, para que nunca falem as lenhas e as madeiras necessárias*”. No mesmo documento José Bonifácio recomendava, também, que criasse, no Brasil, “*...setor administrativo específico para matas e bosques em igualdade de condições com as Obras*

Públicas, a Mineração, a Agricultura e a Indústria". (CARNEIRO, 1.972 apud AHRENS, 2.007).

No começo do século XIX, ainda na época do Brasil Colônia, um importante passo em direção à conservação as florestas foi o surgimento de uma legislação para o uso da terra, de 1821, que previa a manutenção de reservas florestais em um sexto das áreas vendidas ou doadas, possível inspiradora da Reserva Legal. (VIANA, 2.004 apud HEIMANN, 2.012).

No período imperial, a primeira providência data de 1825, reiterando-se a proibição de particulares para cortarem pau-brasil, perobas e tapinhões. É relevante destacar que, em termos legais, o ato que obteve maior repercussão à época, foi a lei de 15 de outubro de 1827, a qual incumbia os juizes de paz das Províncias da fiscalização das matas, cabendo-lhes zelar pelas interdições de corte de madeira de construção em geral que, por essa razão, passaram a ser chamadas de "madeiras de lei". Apenas as Câmaras Municipais podiam conceder licenças para o abate de árvores, e quando se tratasse das madeiras para construção (madeira de lei), a autorização era precedida das averiguações necessárias (CARNEIRO, 1981 apud PIRES, 1.999).

Em 1834 foi extinto o monopólio do pau-brasil que vinha desde fins do século XVII. Embora muitas das restrições florestais ditadas pela administração colonial persistissem, surgia uma nova força colonizadora fomentada pelo Império, que desejava a rápida colonização do país, o que implicava desmatamento. (PIRES, 1.999).

A atividade florestal brasileira teve seu início regulamentado pelo Decreto nº 4.887 de 05 de fevereiro de 1872, o qual autorizava o funcionamento da primeira empresa especializada no corte de madeira, de iniciativa privada: a "Companhia Florestal Paranaense", com capital de quinhentos contos, sede no Rio de Janeiro e organizada pelos engenheiros André e Antonio Rebouças. (PIRES, 1.999).

Como até então não existia uma legislação brasileira específica regulamentando a situação das áreas de reservas florestais, coube a cada Estado editar um diploma legal para o uso e manutenção das florestas. Assim, de acordo com (SOUZA, 1.935 apud AHRENS, 2.007) o Decreto nº 303, do Estado da Bahia, editado em 26-05-1.905, determinou:

Art. 90 – Serão empregados os meios precisos, no empenho de conseguir-se dos proprietários rurais a manutenção, e trato e a recreação systemática de uma reserva de mattas em uma área nunca inferior a um décimo da área total de cada propriedade.

Em 19 de outubro de 1.918, ainda no Estado da Bahia, com o Decreto Estadual nº 1.887, redefiniu a redação da lei: “Art. 84 – que aquela “reserva de mattas” deveria ser “uma área nunca inferior à quinta parte (20%) da área de cada propriedade”.

No Estado de São Paulo, a Lei nº 2.233 de 14-12-1.927, dispõe em seu artigo 5º:

Art. 5º - Os proprietários dos terrenos de área superior a cem hectares em que existam mattas, são obrigados a reservar dez por cento da área total em florestas, salvo quando se tratar de mattas homogêneas, que se refaçam, ou que se regenerem por brotação espontânea, as quais ficam isenta desta condição.

De acordo com JOELS (2000), a iniciativa de criação de um Código Florestal só surgiu por volta de 1920, quando o presidente Epitácio Pessoa formou uma subcomissão para elaborar o anteprojeto do Futuro Código Florestal. (PADILHA, 2.004).

Em 1.934 por meio do Decreto 23.793, surge o primeiro Código Florestal Brasileiro. Esta norma estabeleceu, entre outros pontos, o conceito de florestas protetoras, semelhante ao das Áreas de Preservação Permanente (APPs), mas sem as distâncias mínimas de proteção. O artigo 23 do decreto determina que nenhum proprietário pode “abater” mais de $\frac{3}{4}$ da vegetação existente em seu imóvel, salvo o disposto nos artigos 24, 31 e 52 , o que seria o dispositivo precursor da Reserva Legal. Note-se que as florestas plantadas poderiam ser exploradas livremente. Instituído no governo de Getúlio Vargas, em seu artigo 4º fazia referência de florestas protetoras. De acordo com o Código Florestal, Decreto nº 23.793 de 1.934:

Art. 23. Nenhum proprietário de terras cobertas de mattas poderá abater mais de três quartas partes da vegetação existente, salvo o disposto nos arts. 24, 31 e 52.

Art. 24. As proibições dos arts. 22 e 23 só se referem á vegetação espontânea, ou resultante do trabalho feito por conta da administração publica, ou de associações protetoras da natureza. Das resultantes de sua própria iniciativa, sem a compensação conferida pelos poderes públicos, poderá dispor o proprietário das terras, ressalvados os demais dispositivos deste código, e a desapropriação na forma da lei.

Art. 31. O aproveitamento das arvores mortas, ou secas, das florestas protetoras ou remanescentes, acarreta, para quem o fizer, a obrigação do replantio imediato de vegetal da mesma espécie, ou de outra adequada ás condições locais.

Art. 51. É permitido aos proprietários de florestas heterogêneas, que desejarem transformá-las em homogêneas, para maior facilidade de sua exploração industrial, executar trabalhos de derrubada, ao mesmo tempo, de toda a vegetação que não houver de subsistir, sem a restrição do art. 23, contanto que, durante o início dos trabalhos, assinem, perante a autoridade florestal, termo de obrigação de replantio e trato cultural por prazo determinado, com as garantias necessárias.

Em 1948, é aprovada no Brasil a Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América (Decreto Legislativo nº 3, de 1948). Em 1951, foi criada uma Comissão Nacional de Política Agrária, quando surgiram diversos projetos sobre reforma agrária e loteamentos rurais (FERREIRA, 1994 apud PIRES, 1.999).

A década de 50 é marcada por outros dois importantes acontecimentos. O primeiro em 1955 foi à fundação da Sociedade Brasileira de Silvicultura – SBS – que representou a organização política do setor; fora do âmbito governamental. A SBS continua a existir. O segundo fato, em 1958, foi o estabelecimento da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza – FBCN – pioneira por tratar a questão florestal do ponto de vista da sua importância ecológica. (KENGEN, 2001 apud HEIMANN, 2.012).

Em 1.964, surge o Estatuto da Terra, Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1.964, a qual especifica diretrizes do relacionamento entre o homem e a terra.

Em 1.965 o presidente Humberto de Allencar Castello Branco sanciona a Lei Federal 4.771, o Código Florestal, que apresentava em suas alíneas do artigo 16 algumas restrições para a exploração das florestas, mas não mencionava o termo “Reserva Legal”:

Art. 16. As florestas de domínio privado, não sujeitas ao regime de utilização limitada e ressalvadas as de preservação permanente, previstas nos artigos

2º e 3º desta lei, são suscetíveis de exploração, o bedecidas as seguintes restrições:-

- a) nas regiões Leste Meridional, Sul e Centro-Oeste, esta na parte sul, as derrubadas de florestas nativas, primitivas ou regeneradas, só serão permitidas, desde que seja, em qualquer caso, respeitado o limite mínimo de 20% da área de cada propriedade com cobertura arbórea localizada, a critério da autoridade competente;
- b) nas regiões citadas na letra anterior, nas áreas já desbravadas e previamente delimitadas pela autoridade competente, ficam proibidas as derrubadas de florestas primitivas, quando feitas para ocupação do solo com cultura e pastagens, permitindo-se, nesses casos, apenas a extração de árvores para produção de madeira. Nas áreas ainda incultas, sujeitas a formas de desbravamento, as derrubadas de florestas primitivas, nos trabalhos de instalação de novas propriedades agrícolas, só serão toleradas até o máximo de 30% da área da propriedade;
- c) na região Sul as áreas atualmente revestidas de formações florestais em que ocorre o pinheiro brasileiro, "Araucariaangustifolia" (Bert - O. Ktze), não poderão ser desflorestadas de forma a provocar a eliminação permanente das florestas, tolerando-se, somente a exploração racional destas, observadas as prescrições ditadas pela técnica, com a garantia de permanência dos maciços em boas condições de desenvolvimento e produção;
- d) nas regiões Nordeste e Leste Setentrional, inclusive nos Estados do Maranhão e Piauí, o corte de árvores e a exploração de florestas só será permitida com observância de normas técnicas a serem estabelecidas por ato do Poder Público, na forma do art. 15.

O Código Florestal de 1.965, em seu inciso I, § 2º do artigo 1º, definia pequena propriedade ou posse familiar como aquela explorada pessoal do proprietário e sua família, admitida ajuda eventual de terceiro, e que a renda bruta seja de no mínimo 80% (oitenta por cento) de atividade agroflorestal ou de extrativismo. A área não pode superar:

- a) cento e cinqüenta hectares se localizada nos Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e nas regiões situadas ao norte do paralelo 13°S, dos Estados de Tocantins e Goiás, e ao oeste do meridiano de 44°W, do Estado do Maranhão ou no Pantanal mato-grossense ou sul-mato-grossense;
- b) cinqüenta hectares, se localizada no polígono das secas ou a leste do Meridiano de 44º W, do Estado do Maranhão; e
- c) trinta hectares, se localizada em qualquer outra região do País;

Com o tempo, importantes alterações foram também incorporadas, ao Código Florestal. Algumas foram introduzidas por leis, porém em matéria de Reserva Legal foi a edição das Medidas Provisórias que trouxeram as mais profundas mudanças. Essas mudanças são comentadas a seguir.

O termo “reserva legal” foi introduzido pela Lei nº 7.803/1.989 nos parágrafos 2º e 3º do artigo 16, como “área de no mínimo de 20% (vinte por cento) de cada propriedade, onde não é permitido o corte raso”, aplicando para as áreas de cerrado a reserva legal também o percentual de 20% (vinte por cento). (BRASIL, 1.989). Ainda no parágrafo 2º do artigo 16, da referida lei, foi introduzida a exigência da averbação ou registro da reserva legal à margem da inscrição da matrícula do imóvel, sendo vedada “a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, ou desmembramento da área”. (RATUCHENEI, 2.011).

A Lei nº 7.803/1.989, no § 1º do artigo 16, definia ainda que as pequenas propriedades ou posse rural familiar poderiam computar no cálculo da área de reserva legal os plantios de árvores frutíferas ornamentais ou industriais, compostos por espécies exóticas, cultivadas em sistema intercalar ou em consórcio com espécies nativas, limitando a possibilidade para propriedades rurais com área entre 20 (vinte) a 50 (cinquenta) hectares. (BRASIL, 1.989). Posteriormente, a medida provisória nº 2.166-67/2.001, deu nova redação para o § 1º, passando a ser § 3º, tirando a limitação do tamanho da propriedade para gozar de tal benefício. (BRASIL, 2.001).

A primeira Medida Provisória a alterar o Código Florestal de 1965 foi a MP 1.511, de 25 de julho de 1996, que, como já mencionado, proibiu o corte raso de 80% das propriedades localizadas na Amazônia Legal que possuísem “fitofisionomia florestal”, devendo ser mantidas a título de Reserva Legal, alteração essa mantida pelas Medidas Provisórias 1.605, 1736, 1.885 e MP nº 1.956-50, 2.080 e 2166. A nomenclatura de “fitofisionomia floresta” é mantida até a edição da MP-1.956-49, passando já na MP 1.956-50 para a “área de floresta localizada na Amazônia legal”.

Em 2.001 a medida provisória nº 2.166 amplia o percentual mínimo de reserva legal a ser deixado em cada região, conforme o artigo 16: no Bioma Amazônia, para 80%. No Cerrado Amazônico, 35%. Para as demais regiões e biomas, 20%. (BRASIL, 2.001).

No § 6º do artigo 16 do Código Florestal de 1.965, o qual foi incluído pela medida provisória nº 2.166-67 de 2.001, admite-se o cômputo das áreas de vegetação nativas existentes em área de preservação permanente para cálculo da reserva legal, contanto que não implicasse em conversão de novas áreas para uso alternativo do solo, e quando a soma da vegetação da área nativa, área de

preservação permanente e reserva legal excedesse a: I - oitenta por cento da propriedade rural localizada na Amazônia Legal; II – cinquenta por cento da propriedade rural localizada nas demais regiões do País e III – vinte e cinco por cento da pequena propriedade definida pelas alíneas “b” e “c” do inciso I do § 2º do artigo 1º. (BRASIL, 2.001).

A exigibilidade da Reserva Legal refere-se a imóveis de domínio privado, não incidindo sobre imóveis públicos, tais como unidades de conservação e outros. Assentamentos rurais para fins de reforma agrária devem manter área de Reserva Legal, embora possam ser estabelecidas em condomínio.

Somente com a medida provisória nº 1.956/00, cujo teor foi mantido na MP 2.166-67/01, artigo 1º, parágrafo segundo, inciso III, o conceito de Reserva Legal é elaborado, da seguinte forma:

Reserva Legal: área localizada dentro do interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e a reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e a proteção de fauna e flora nativas.

Em 22 de julho de 2.008 entra em vigor o Decreto nº 6514 que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para a apuração destas infrações, e dá outras providências, sendo que o artigo 55 dispõe que: “DEIXAR DE AVERBAR A RESERVA LEGAL”, Penalidade de advertência e multa diária de R\$ 50,00 (cinquenta reais) a R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hectare ou fração da área de reserva legal. (RATUCHENEI, 2.011).

A edição do Decreto nº 6.514/08 expõe o problema crônico de efetividade do Código Florestal de 1965 no que se relaciona às áreas de preservação permanente e de reserva legal e torna premente a necessidade de se buscar uma ampla reforma do Código Florestal. Com isso começaram os movimentos para discussão e elaboração de um novo Código Florestal. Enquanto se discutia essa nova norma o Governo Federal passou a conceder uma espécie de moratória aos produtores rurais, através da ampliação do prazo para cumprimento da exigência de averbação da reserva legal. Assim, em dezembro de 2008, através do Decreto nº

6.686, no artigo 152 alterou a vigência do mencionado artigo para 11 de dezembro de 2.009, depois 11 de junho de 2.011, pelo decreto nº 7029/2009, depois 11 de dezembro de 2.011, pelo decreto nº 7497/2.011, depois 11 de abril de 2.012, pelo decreto nº 7.640/2.011, e por fim alterada pelo decreto nº 7.719/2.012 entrando em vigor o artigo 55 em 11 de junho de 2012.

A Lei 4.771/65 e a MP nº 2.166-67 de 25-08-2.001 foram revogadas pela Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2.012, conhecido como o Novo Código Florestal.

3.1.2 A Evolução Legislativa da Reserva Florestal Legal

Abaixo se apresenta um quadro o qual mostra a evolução legislativa da reserva legal:

Código de 1934	Código 1965	Código 1965 (alteração da Lei 7.803/89)	Código 1965 (alteração MP nº 2.166/2001)
Art. 23. Nenhum proprietário de terras cobertas de matas poderá abater mais de três quartas partes da vegetação existente, salvo o disposto nos arts. 24, 31 e 52. § 1º O dispositivo do artigo não se applica, a juízo	Art. 16. As florestas de domínio privado, não sujeitas ao regime de utilização limitada e ressalvadas as de preservação permanente, previstas nos artigos 2º e 3º desta lei, são suscetíveis de exploração,	II- o art. 16 passa a vigorar acrescido de dois parágrafos, numerados como § 2º e 3º, na forma seguinte: "Art. 16 § 1º Nas propriedades rurais, compreendidas na alínea a deste artigo, com área entre 20 (vinte) a 50 (cinquenta) hectares,	Art. 16 As florestas e outras formas de vegetação nativa, ressalvadas as situadas em área de preservação permanente, assim, como aquelas não sujeitas ao regime de utilização limitada ou objeto de

das autoridades florestais competentes, às pequenas propriedades isoladas que estejam próximas de florestas ou situadas em zona urbana.	obedecidas as seguintes restrições: a) nas regiões Leste Meridional, Sul e Centro-Oeste, esta na parte sul, as derrubadas de florestas nativas, primitivas ou regeneradas, só serão permitidas, desde que seja, em qualquer caso, respeitado o limite mínimo de 20% da área de cada propriedade com cobertura arbórea localizada, a critério da autoridade competente; d) nas regiões Nordeste e Leste Setentrional, inclusive nos Estados do Maranhão e Piauí, o corte de árvores e a	computar-se-ão, para efeito de fixação do limite percentual, além da cobertura florestal de qualquer natureza, os maciços de porte arbóreo, sejam frutíferos, ornamentais ou industriais. § 2º A reserva legal, assim entendida a área de, no mínimo, 20% (vinte por cento) de cada propriedade, onde não é permitido o corte raso, deverá ser averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, sendo vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, ou de desmembramento da área. § 3º Aplica-se às áreas de cerrado a reserva legal de 20% (vinte por cento) para	legislação específica, são suscetíveis de supressão, desde que sejam mantidas, a título de reserva legal, no mínimo: I- oitenta por cento, na propriedade rural situada em área de floresta localizada na Amazônia Legal; II- trinta e cinco por cento, na propriedade rural situada em área de cerrado em áreas de cerrado localizada na Amazônia Legal, sendo no mínimo vinte por cento na propriedade e quinze por cento na forma de compensação em outra área, desde que esteja localizada na mesma
---	---	--	---

	<p>exploração de florestas só será permitida com observância de normas técnicas e serem estabelecidas por ato do Poder Público, na forma do art. 15.</p> <p>Parágrafo único. Nas propriedades rurais, compreendidas na alínea a deste artigo, com área entre vinte (20) a cinquenta (50) hectares computar-se-ão, para efeito de fixação do limite percentual, além da cobertura florestal de qualquer natureza, os maciços de porte arbóreo, sejam frutícolas, ornamentais ou industriais.</p> <p>Art. 44. Na região</p>	<p>todos os efeitos legais.”</p>	<p>microbacia, e seja averbada nos termos do § 7º deste artigo;</p> <p>III- vinte por cento, na propriedade rural situada em área de floresta ou outras formas de vegetação nativa localizada nas demais regiões do País; e</p> <p>IV- vinte por cento, na propriedade rural em área de campos gerais localizada em qualquer região do País.</p> <p>§ 1º O percentual de reserva legal na propriedade situada em área de floresta e cerrado será definido considerando separadamente os índices contidos nos</p>
--	---	----------------------------------	--

	Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste enquanto não for estabelecido o decreto de que trata o artigo 15, a exploração a corte raso só é permissível desde que permaneça com cobertura arbórea, pelo menos 50% da área de cada propriedade.		incisos I e II deste artigo. [...]
--	---	--	---------------------------------------

Fonte: Extraído de (ANTUNES, 2013).

3.1.3 A Reserva Florestal Legal de Acordo com a Lei nº 12.651/2012

Em 25 de maio de 2012 é promulgada a Lei nº 12.651, ou seja, o novo Código Florestal, tendo como origem o Projeto de Lei nº 1.876/1.999.

O conceito de reserva legal na nova lei aparece no inciso III, do artigo 3º onde diz:

Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa;

Observa-se que o conceito da reserva legal sofreu uma sutil mudança, visto que este suprime parte do conceito anteriormente colocado, pois deixa de colocar a parte onde diz: “excetuada a de preservação permanente”. Visto que no seu artigo 15 apresenta hipóteses onde se admite o cômputo das áreas de preservação permanente no cálculo da reserva legal, sendo permitido contanto que o benefício previsto neste artigo não implique a conversão de novas áreas para o uso alternativo do solo, a área a ser computada esteja conservada ou em processo de recuperação, conforme comprovação do proprietário ao órgão estadual integrante do Sisnama e o proprietário ou possuidor tenha requerido inclusão do imóvel no Cadastro Ambiental Rural - CAR, nos termos desta Lei. (BRASIL, 2.012).

O novo código florestal manteve as porcentagens anteriormente estabelecidas como mínimo de reserva legal no artigo 12, ou seja, 80% (oitenta por cento), no imóvel localizado na Amazônia Legal, situado em área de florestas; 35% (trinta e cinco por cento), no imóvel localizado na Amazônia Legal situado em área de cerrado; 20% (vinte por cento), no imóvel situado em área de campos gerais de áreas localizadas na Amazônia Legal e também 20% (vinte por cento) nas demais regiões do país. (BRASIL, 2.012).

Em decorrência das discussões do Código Florestal, em que começou a tomar corpo a tese da responsabilidade diferenciada para a proteção do meio ambiente, reconhecendo que as normas ambientais relacionadas às áreas de preservação permanente e Reserva Legal são ônus muito pesados para o pequeno proprietário. Nesse diapasão, a Lei 12.651/12, visando dar tratamento diferenciado e beneficiar o pequeno proprietário rural, abriu um capítulo especial voltado para a agricultura familiar (Capítulo XII, arts. 52 a 58).

No art. 52 estabelece que a intervenção e a supressão de baixo impacto realizado por pequenos proprietários rurais em áreas de preservação permanente e reserva Legal depende apenas de uma declaração ao órgão ambiental competente, com isso dispensando-os do pedido de autorização de supressão de vegetação. Assim, é o proprietário rural, quem vai sopesar se a atividade ali exercida é de baixo impacto ambiental, conforme previsto na lei florestal. Entretanto se este ultrapassar os limites fixados na lei em comento responderá pelos danos, estando, portanto, sujeito a sanção civil, administrativa e penal. Enfim, o programa busca levar o pequeno produtor ao cumprimento da legislação ambiental, através da flexibilização e desburocratização dos procedimentos administrativos. (MACHADO, 2013).

3.2 O INSTITUTO JURÍDICO DA RESERVA FLORESTAL LEGAL E O PAPEL DO ESTADO

Instituto Jurídico segundo Nader (1.998) é a reunião de normas jurídicas com interesse comum que rege um tipo de relação social ou interesse e que se identifica pelo fim que procura realizar. Outrossim, é uma parte da ordem jurídica e, como esta, deve apresentar algumas qualidades entre as quais se destacam:

Harmonia, coerência lógica, unidade de fim. Enquanto a ordem jurídica dispõe sobre a generalidade das relações sociais, o instituto se fixa apenas em um tipo de relação ou de interesse: adoção, pátrio poder, naturalização, hipoteca etc. Considerando-os análogos aos seres vivos, pois nascem, duram e morrem, Ihering chamou-os de *corpos jurídicos*, para distingui-los de simples matéria jurídica. Diversos institutos afins formam um ramo, e o conjunto destes, a ordem jurídica. (NADER, 1.998).

Observe-se que sobressai a convicção de que mesmo a melhor interpretação da Lei ambiental, uma das tarefas mais nobres e desafiadoras exigidas pelo aplicador, somente irá surtir o efeito desejável quando os cidadãos se comportarem de acordo com as normas de bem-estar coletivo em relação à natureza ou ao menos puderem demandar a autoridade administrativa a compelir aqueles que se omitirem. (CASTILHO, *in* FREITAS, 2006).

Dessa forma, a Reserva Florestal Legal é considerada um instituto jurídico, devido a sua relevância para a sociedade, possuindo definição própria, bem como legislações que prevêm a sua existência e sua regulamentação.

Com a evolução legislativa, o instituto da reserva legal passou a exigir obrigações do proprietário de imóvel rural em função das mudanças normativas já mencionadas. (ANTUNES, *in* MILARÉ E MACHADO, 2.013).

3.2.1 Da Responsabilidade do Estado com Relação ao Instituto da Reserva Florestal Legal

O debate do atual Código Florestal dá relevância à preservação, porém, a discussão se dá em torno da conservação dos espaços destinados à atividade econômica. (ANTUNES, 2.013).

Acerca da responsabilidade do Estado relativamente ao instituto Reserva Florestal Legal observa-se a necessidade de construir um Estado voltado aos problemas ambientais, levado pela consciência da crise ambiental, considerando à evolução tecnológica e o crescimento demográfico, fato que dificulta a preservação do meio ambiente. Aduz Franco que ao tratar da crise econômica e desenvolvimento ambiental, deve procurar a verificação de equilíbrio relativo entre a atividade econômica e a qualidade de vida. (FRANCO, 1996).

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 225 dispõe: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Contudo, a Reserva Florestal Legal apresenta-se como limitação ao particular do uso e livre disposição de florestas e matas que possui em sua propriedade, visto que estas são consideradas bens de interesse comum de todos, assim, o proprietário rural acaba sofrendo com limitações previstas em legislação especial em prol da preservação das riquezas florestais e da ecologia. (SILVA, 2.005).

As florestas privadas não podem ser exploradas livre e irrestritamente. Podem ser exploradas áreas que não sejam de preservação permanente ou aquelas que não sofram com alguma restrição, desde que atendam as condições impostas pelo Código Florestal. (NETO, *in* FREITAS, 2.006).

Neste compasso, observa-se que a reserva legal é uma modalidade de limitação administrativa, uma vez que é instituída por lei imposta pelo poder público, geral e gratuita sobre a propriedade rural. Segundo Hely Lopes Meirelles, a limitação administrativa “é toda imposição geral, gratuita, unilateral e de ordem pública condicionadora do exercício de direitos ou de atividades particulares às exigências do bem-estar social”. (MEIRELLES, 2009).

Acerca do Direito Florestal Brasileiro observa que a necessidade do Estado regular a proteção ambiental e o uso das florestas, promoveu a organização das leis florestais e com estas a intervenção do poder do Estado variou de acordo com o dinamismo social prevalecendo os interesses públicos em detrimento do privado. (PEREIRA, 1.950).

O bem ambiental é um valor difuso, que serve de objeto mediato a relações jurídicas de natureza ambiental. Trata-se de um bem protegido por um direito que visa assegurar um interesse transindividual, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato. Se for um bem de uso comum, não há titularidade plena, pois o uso não é individual, mas de todos”. (PIVA, 2.000).

Nesse diapasão, quando se pensa em relação a valores ambientais e estado de direito ambiental há que se ponderar respectivamente tarefas prioritárias fundadas em normas constitucionais integradas num âmbito diversificado e intrinsecamente concorrente de princípios orientadores onde prevaleça harmonia e concordância prática. (LEITE, 2.003).

Para Bobbio “uma coisa é falar de novos direitos e cada vez mais extensos, e justificá-los com argumentos convincentes; outra garantir-lhes uma proteção efetiva” (BOBBIO, 1.992).

Não obstante, para Leite o Estado do Ambiente é um “minimalismo ambiental”, uma vez que tende a limitar os direitos, liberdades e garantias. É nesse sentido que a propriedade passa da esfera individual de uso absoluto para função social ambiental em que ao seu uso deve observar o interesse da coletividade consubstanciado na proteção dos bens ambientais indispensáveis considerando o bem comum de todos. (LEITE, 2.003).

Segundo Rabahie:

Quando a Constituição, ainda que de maneira programática, incluiu, dentre os seus comandos, o da função social da propriedade, alterou substancialmente a situação comum daquele que é proprietário. Isto é, o proprietário, entendido somente como um fiel cumpridor de interesses próprios, passa a atuar, tal qual o Estado (ainda que esta possua prerrogativas que lhes são exclusivas e próprias, o que o diferenciam do particular) como um gestor de negócios da coletividade, um cumpridor de funções. Notamos, então, que ao menos desta específica função pública o particular é detentor. Além de usar, gozar e dispor do objeto de sua propriedade de modo a alcançar interesses próprios, deverá fazê-lo de

maneira qualificada, para que atinja, também, os interesses de toda a coletividade, da qual faz parte. (RABAHIE, 1.991 apud MARQUES, 1.999).

A privação do uso pleno pelo proprietário de terras em 20%¹ de seu imóvel causa-lhe prejuízo, ademais, não há interesse público na constituição de reservas florestais legais em pequenas dimensões, que não propiciem utilidade, seja na preservação ou formação de florestas. (NETO *in* FREITAS, 2.006).

Nessa esteira, o desenvolvimento socioambiental refletido nas legislações, faz com que o Estado acabe atribuindo o ônus da preservação ambiental para os proprietários rurais pela imposição da Reserva Florestal Legal, quando este dever é do Poder Público e da coletividade, conforme reza o artigo 225 da Constituição Federal.

De acordo com Franco: “A Constituição, num contexto histórico nacional e mundial, protege e garante de forma equânime direitos individuais, sociais e difusos, primando por uma sociedade justa e solidária”. (FRANCO, 2.009). Assim, é dever do Estado manter a igualdade de direitos e deveres, buscando uma sociedade justa e solidária.

Compete ao Estado, por meio dos atos do governo e de leis infraconstitucionais observar e cumprir com os princípios constitucionais que garantam a coexistência da garantia do Direito de Propriedade e da Dignidade da Pessoa Humana com o respeito ao meio ambiente. Sendo obrigações fundamentais do Estado: disponibilizar a exploração da natureza, ou seja, terras rurais, para a produção de alimentos de acordo com o avanço demográfico e controlar as pessoas com o seu consumismo, adequando as deficiências do governo à necessidade humana. (SERAFINI, 2.013).

O atual Código Florestal com predominante cunho preservacionista apresenta discussões acerca da preservação de áreas destinadas à atividade econômica. Assim, a reserva legal surge como ônus real que obriga o proprietário a respeitá-la. Todavia, a obrigação de conservar o meio ambiente impõe-se a todos, “estados e cidadãos que devem repartir entre si os ônus decorrentes”. (ANTUNES, *in* MILARÉ E MACHADO, 2.013).

¹[ou 35% nas formações de cerrado e de 80% nas formações florestais, ambas localizadas no espaço territorial definido como Amazônia Legal]

Considerando que o proprietário sofre sozinho com ônus/obrigação de proteger o meio ambiente em prol da coletividade, há a necessidade de que a coletividade remunere quem sofre com a privação de sua propriedade. Segundo o professor Vicente Ráo (RÁO, 2.013 *apud* ANTUNES, *in* MILARÉ E MACHADO, 2.013), deveria haver uma compensação, onde o Estado indenizaria “o particular pela supressão do direito real validamente adquirido”. Aduz ainda Antunes que:

O STF tem se manifestado, de forma enfática, impedindo que a “limitação administrativa esvazie o conteúdo econômico do direito de propriedade, determinado que, em tais hipóteses, o Estado indenize os prejuízos de ordem patrimonial sofridos pelo particular. Veja-se: “Incumbe ao Poder Público o dever constitucional de proteger a flora e de adotar as necessárias medidas que visem a coibir práticas lesivas ao equilíbrio ambiental. Esse encargo, contudo, não exonera o Estado da obrigação de indenizar os proprietários cujos imóveis venham a ser afetados, em sua potencialidade econômica, pelas limitações impostas pela Administração Pública. (ANTUNES, *in* MILARÉ E MACHADO, 2.013).

A proteção ao meio ambiente é assunto que diverge entre os direitos da coletividade e o direito individual, com conceitos equivocados, onde há prevalência dos primeiros sobre os últimos. O ônus de preservar o meio ambiente pertence ao estado e ao cidadão. “A relação que existe entre coletividade e individualidade é de coordenação e não de subordinação”. (ANTUNES, 2.013).

3.2.2 A Função Socioambiental da Propriedade

A propriedade precisa cumprir com sua função social, impondo aos seus proprietários diferentes “obrigações, sujeições e ônus, como situações jurídicas cujo conteúdo é o respeito ao meio ambiente sadio e equilibrado”, buscando “bens de produção, otimizando sua capacidade geradora, a fim de que compartilhe o benefício com a coletividade em que se insere”. (PENTEADO, 2.008).

A propriedade rural, não diferente da propriedade urbana, também terá que cumprir a sua função social, e esta o fará quando preencher os requisitos dos incisos I a IV do artigo 186 da Constituição Federal, complementada pelo artigo 9º da

Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1.993. Sendo flexível, levando-se em consideração a propriedade produtiva, com variação no “tempo em função do progresso científico e tecnológico da agricultura e do desenvolvimento regional”. (HARADA, 2.007).

Para cumprir com a função social da propriedade rural, os agricultores precisam preencher os seguintes critérios de acordo com o artigo 186 da Constituição Federal:

- Aproveitamento racional e adequado;
- Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- Atenção às disposições que controlam as relações de trabalho;
- Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores.

A propriedade não pode ser utilizada pelo dono na forma como bem entender, uma vez que este necessita atender à legislação ambiental, o qual estabelece que a utilização das terras não pode ferir o bem-estar das outras pessoas, ou seja, que a propriedade cumpra com sua função social. Contudo, a propriedade deve ser utilizada de forma correta, preservando o meio ambiente e garantindo o bem-estar dos proprietários e trabalhadores. (MIRANDA, 2.009).

Embora, a Reserva Florestal Legal não esteja expressamente prevista na Constituição Federal entre os requisitos para configuração da função social da propriedade rural, Édis Milaré entende que reserva legal é:

(...) uma limitação inerente ao atendimento da função social no exercício do direito da propriedade rural, recomendada pela Carta Constitucional de 1.988, independentemente da vegetação ali existente (natural, primitiva, regenerada ou plantada) ou do fato de essa vegetação ter sido substituída por outro uso do solo. (MILARÉ, 2.009).

Todavia, a legislação Constitucional é cristalina ao apresentar o rol de critérios para a função social da propriedade rural, assim, há a necessidade de analisar a situação de cada propriedade, uma vez que o instituto da reserva legal não consta no rol da Constituição, bem como não é instituto a ser analisado

separadamente, e por si só não cumpre a sua função social, devendo ser analisado seus fatores em conjunto.

O proprietário cumpre a função social quando simultaneamente respeita as normas trabalhistas, a legislação ambiental, oferece bem-estar aos trabalhadores, e utiliza os recursos naturais de forma racional. (PETERS, 2.006).

Nesse contexto, a Reserva Florestal Legal enquadraria no requisito utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, com imposição por lei específica. Cumprindo a função social com a proteção dos recursos ambientais para a manutenção da qualidade de vida. (MARQUES, 1.999).

A necessidade da preservação do meio ambiente é de notória relevância para todos, contudo, segundo Bantel as Áreas de Preservação Permanente, bem como as áreas de Reservas Legais devem ser norteadas de acordo com vários fatores, sendo alguns deles: condições sociais e culturais dos proprietários ou habitantes, extensão da bacia hidrográfica, regiões alimentadoras de aquíferos e transformações tecnológicas que mantêm o equilíbrio natural. (BANTEL, 2.010).

Referente à exploração racional da propriedade dispõe o artigo 6º da Lei nº 8629/93 que trata o binômio produtividade/justiça social, a qual inicialmente consagra o imóvel rural como bem de produção remetendo ao princípio constitucional que determina o cumprimento da função social da propriedade rural e atribui ao legislador fixar critérios e graus de exigência para que se efetive tal função. (ALVARENGA, 1997). Não obstante o legislador entende que para a propriedade ser considerada produtiva a que se avaliar o grau de utilidade da terra (GUT) e sua eficiência na exploração da terra.

Hodiernamente, não há como ver a propriedade e a função social de forma separada, visto que a propriedade e a floresta deixaram de ser instrumento de gozo e satisfação pessoal em detrimento do bem-estar da coletividade. Atribuindo a propriedade rural o dever de propiciar o equilíbrio ambiental necessária para a convivência humana com o meio ambiente, deixando de ser apenas um bem de produção do ponto de vista econômico. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ, 2.013).

A função social da propriedade visa à utilização adequada de recursos naturais e a preservação do meio ambiente para que se evite a perda do seu potencial produtivo. Devem-se observar os cuidados com a proteção ambiental para

que a propriedade não perca a sua utilidade. (BORGES, 1.998 *apud* AMÂNCIO 2.010).

A reserva legal por si, não garante o alcance preconizado pela Constituição Federal, uma vez que a sadia qualidade de vida e o meio ambiente equilibrado englobam inúmeros valores, também não é suficiente para garantir a preservação ecológica da flora. (PACHECO, 2.012).

3.2.3 O Pequeno Proprietário Rural

O conceito de pequena propriedade rural, também denominado posse rural familiar está insito na Lei nº 12.651/2.012 e pode ser entendida como, propriedade explorada mediante trabalho pessoal do agricultor familiar e empreendedor familiar rural, incluindo nestes os assentamentos e projetos de reforma agrária. No Estado do Paraná o módulo fiscal equivale em média a 18 (dezoito) hectares. Por proprietário rural entende-se aquele que pratica atividades no meio rural, que não detenha área maior que quatro módulos fiscais, utiliza mão de obra própria da família, tenha percentual mínimo de renda familiar na forma definida pelo poder executivo, dirige seu estabelecimento com sua família. (MACHADO, 2.013).

Para Machado, o módulo fiscal de cada município, instituído pela lei nº 6.746/1979 é expresso em hectares e determinado levando-se em conta, o tipo de exploração predominante naquele município, vejamos: hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária, florestal, explorações expressivas em função da renda ou da área utilizada. (MACHADO, 2.013).

De acordo com o artigo 67 da Lei nº 12.651/2.012:

Nos imóveis rurais que detinham, em 22 de julho de 2008, área de até 4 (quatro) módulos fiscais e que possuam remanescente de vegetação nativa em percentuais inferiores ao previsto no art. 12, a Reserva Legal será constituída com a área ocupada com a vegetação nativa existente em 22 de julho de 2008, vedada novas conversões para uso alternativo do solo.

Olhando a realidade brasileira, com pequenos e sofridos agricultores, que jamais foram capazes de se adequar às normas, a reserva legal se mostrou inviável

ao minifúndio, o qual a área excedente não seria suficiente ao plantio ou qualquer outra atividade econômica e custosa para as pequenas propriedades. Entende Braga que este artigo é razoável para “ajustar o foco da proteção ambiental com a realidade socioeconômica”. (BRAGA, in MILARÉ E MACHADO, 2.013).

A imposição da reserva legal acabou por apresentar na transferência de responsabilidades da preservação do meio ambiente em sua totalidade para os proprietários rurais, prejudicando principalmente os pequenos proprietários rurais, que não possuem condições necessárias para o cumprimento da obrigação.

Abreu entende que a reserva legal é instrumento utilizado apenas no Brasil, é uma área no interior de uma propriedade rural que não pode ser utilizada para produção e que surgiu como forma de preservar madeira para utilizar como matéria-prima para produção de carvão. Para a autora, a reserva ambiental teria que permitir os fluxos dos animais para possibilitar a procriação e a multiplicação das plantas, assim, pequenos fragmentos em propriedades rurais não contribui para a preservação do meio ambiente. (ABREU, 2.010).

O ex-ministro da Agricultura e deputado federal do Paraná Reinhold Stephanes afirma que os maiores ambientalistas são os agricultores e quem mais polui no Brasil não é o campo, são as cidades. (FAEP, 2.011).

Na maior parte das vezes os fundamentos teóricos e instrumentos normativos que promovem a proteção da vida e da dignidade humana servem para promover a proteção ecológica, buscando um meio conciliatório entre os valores humanos e ecológicos. (SARLET, 2.013). Contudo, a legislação apenas imputa obrigações aos agricultores sem a devida justa contraprestação.

3.3 A RESERVA FLORESTAL LEGAL COMO ÔNUS DO PROPRIETÁRIO RURAL

O homem é o centro das preocupações, mesmo que seu comportamento afete outras formas de vida, não se pode analisar a tutela ambiental sem uma visão antropocêntrica, visto que a proteção jurídica depende da ação humana. (SETTE, 2.010). Nesse sentido, o Princípio nº 1 da Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1.992 diz: “Os seres humanos estão no centro

das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza”. (FIORILLO, 2.009).

A Constituição da República no seu artigo 186 apresenta os requisitos que a propriedade deve preencher para que assim cumpra a sua função social, contudo este não anula o direito de propriedade, apenas condiciona o uso desta ao bem-estar geral. (SOUZA E NOGUEIRA, 2.006).

Observa Machado que a dimensão da área de proteção permanente na pequena propriedade rural não tem relação direta com o tamanho da propriedade rural, mas ela deve existir independentemente do imóvel rural ser grande, médio ou pequeno. A razão da proteção tem base na função ecológica, defesa das águas, solo e biodiversidade, o que não elide o pequeno proprietário ou posseiro rural de ter atenção da sociedade e do Estado na implementação de apoio econômico para efetiva preservação e recuperação do ambiente.

Muitas vezes os proprietários se deparam com a difícil tarefa de produzir e preservar, ou seja, com o encargo de produzir explorando economicamente a terra, e ao mesmo tempo preservar o meio ambiente, gerando bem-estar para os proprietários e trabalhadores, o que para Edson Peters são fatos que não se contrapõem, mas que se harmonizam entre si. (PETERS, 2.006).

Os interesses relacionados ao meio ambiente são classificados como difusos, pois devido a sua emergência, todos são investidos em sua titularidade.(LEITE E AYALA, 2.002). Segundo Mirra: “(...) o meio ambiente é um bem que pertence a coletividade e não integra o patrimônio disponível do Estado. Para o Poder Público - e também para os particulares – o meio ambiente é sempre indisponível”. (MIRRA, 1.996 *apud* LEITE E AYALA, 2.002).

A proteção ambiental por possuir o caráter difuso, considera-se como de ninguém, sendo de todos, por isso o termo “bem de uso comum”. Nesse diapasão, enseja o dever de intervenção pelo Poder Público e pela coletividade na sua defesa e preservação. Assim, o proprietário, seja pessoa pública ou particular não poderá dispor do meio ambiente como bem entender, pois esta faz parte de sua disponibilidade, vinculando o meio ambiente com o uso racional, respeitando ainda a função social da propriedade. (FARIAS, 1.999).

De acordo com Paulo José Leite Farias:

... o princípio da propriedade privada assegurado como direito fundamental (art. 5º, inciso XXIII da Constituição Federal) deve ser interpretado em harmonia com o princípio de que a propriedade atenderá a sua função social no que tange à proteção do meio ambiente ecologicamente em equilíbrio, pois, sendo bem de uso comum do povo, há cristalina restrição à iniciativa privada por atos do Poder Público. (FARIAS, 1.999).

O artigo 225 da Constituição Federal dispõe que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. (BRASIL, 1.988). Contudo, os objetivos constitucionais devem ser organizados qualitativamente de acordo com interesses, necessidades e pretensões nos espaços de interação social, político e jurídico, relacionando as sociedades locais com os conflitos ambientais. (LEITE E AYALA, 2.002).

A legislação atual, artigo 12, inciso II, da Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2.012, prevê a necessidade de se deixar 20% (vinte) da propriedade com cobertura de vegetação nativa a título de reserva legal no estado do Paraná. (BRASIL, Lei nº 12.651/2.012), o que significa que o proprietário é privado de uso pleno, com um prejuízo de 20% de seu imóvel. Há ainda a questão das reservas diminutas que não possuem um efetivo interesse público, visto que não propiciam utilidade nenhuma, seja na preservação ou formação de florestas. (NETO *in* FREITAS, 2.006).

A Constituição Federal ao inserir como princípio a função social da propriedade fez com que os poderes do proprietário convertessem em deveres-poderes em face de interesse de outrem. (MARQUES, 1.999).

Ninguém consegue viver com liberdade e segurança, sem que haja o mínimo necessário para satisfazer as necessidades básicas, nesse sentido, “o direito de propriedade é condição sem a qual não se garante o direito maior à vida”. (PETERS, 2.006).

Assim, o dever-poder do pequeno proprietário rural de cumprir com a sua função socioambiental não pode ferir o seu direito fundamental básico à vida.

3.3.1 A Intervenção do Poder Público na Propriedade Privada

Fustel de Coulanges em estudo realizado em 1.864 ensina que o direito de propriedade tem início com o direito de a família ter sua casa, onde “enterrará e cultuará os seus mortos e onde terá fogo sagrado que simboliza a sua religião”, e que foram estes costumes e crenças que “ensinou o homem a apropriar-se da terra e a assegurar-lhe o seu direito sobre a mesma”. (COULANGES, 1.996 apud RODRIGUES, 2.002).

A Constituição Federal de 1.824, inspirada na Declaração dos Direitos do Homem de 1.789, colocava a propriedade como direito absoluto, excepcionando apenas o caso de desapropriação, sem qualquer preocupação com o interesse social. (PETERS, 2.006). Dispunha essa lei:

Art. 179. A inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império pela maneira seguinte:

1. Nenhum cidadão pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei;

(...)

22. É garantido o direito de propriedade em toda sua plenitude. Se o bem público exigir o uso e emprego da propriedade do cidadão, será ele previamente indenizado do valor dela. A lei marcará os casos em que terá lugar esta única exceção, e dará as regras para determinar a indenização. (BRASIL, 1.824).

Para Osny Duarte Pereira, inicialmente, a proteção ambiental “nas prescrições legislativas eram restritivas aos casos de incêndio”. (PEREIRA, 1.950). Na Constituição Federal de 1.891 não havia previsão para proteção ambiental, pelo contrário, apresentava uma forma individualista, onde o proprietário poderia usar, gozar e dispor de sua propriedade como bem entendesse. A limitação era disciplinada pelo Direito Civil, e era tão apenas para o dever de indenizar terceiros no prejuízo causado pelo resultado por dolo ou culpa. (PEREIRA, 1.950). Esta Constituição não definia a competência para legislar, assim, os Estados “se adiantavam à União no estabelecimento de legislação protetora, criando serviços

florestais, fixando normas para a defesa, conservação e aproveitamento das florestas do Estado”. (PEREIRA, 1.950 apud SILVA, 1.995).

O Código Florestal de 1.934, Lei nº 23.793 de 23 de janeiro, dizia em seu artigo 1º: “as florestas existentes no território nacional, consideradas em conjunto, constituem bem de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que as leis, em geral e especialmente o Código estabelece.” Não havia a definição para a reserva legal, as florestas eram classificadas como: a) florestas protetoras; b) florestas remanescentes; c) florestas modelo; d) florestas de rendimento. (SILVA, 1.995).

O Código Florestal de 1.934 começou a tratar as florestas como bens de interesse nacional, ao contrário do Código Civil, o direito do proprietário deixou de abranger as florestas, estabelecendo obrigações florestais para o dono da terra, que passou a ser responsável pela manutenção, preservação, conservação e reflorestamento. (PETERS, 2.006).

Para Osny: “as restrições introduzidas pelo Código Florestal de 1934 são de legitimidade incontestável”... reduz “a livre esfera do livre uso dos bens”. Visam “a própria proteção do indivíduo detentor das matas”. “Seria verdadeira insânia, pelo respeito ao princípio da intangibilidade dos direitos privados, reconhecer-se ao seu proprietário a prerrogativa de devastar os imóveis de sua propriedade”. (DUARTE, 1.950).

Com a Constituição Federal de 1.946, o uso da propriedade foi condicionado ao bem-estar social, dizia no artigo 147: “O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos”. (BRASIL, 1.946).

Hoje, o direito de propriedade, que outrora fora absoluto, passa por diversas restrições, fundamentadas no interesse público e privado, deixando o traço individualista para um conteúdo social, no âmbito do direito público. É uma nova definição para o direito de propriedade, que mesmo não consagrada no Código Civil, passou a existir por força da Constituição como princípio da função social. Assim, o direito de propriedade “impõe ao seu titular um dever de utilizá-lo, agindo em conveniência com o restante da população”. (RODRIGUES, 2.002).

3.3.2 Da Inexistência da Supremacia do Poder Público sobre o Privado

A Constituição Federal de 1.988, em seu artigo 170, dispõe como princípios gerais da ordem econômica: I - soberania nacional; II - propriedade privada; III - função social da propriedade; IV - livre concorrência; V - defesa do consumidor; VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; VII - redução das desigualdades regionais e sociais; VIII - busca do pleno emprego; IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (BRASIL, 1.988). Todavia, é necessário que a Constituição seja interpretada como um sistema, onde haja consenso para aplicabilidade das leis e princípios de modo que estes não se confrontem ou anulem o direito de um, privilegiando o outro, já que, como ensina Dworking, citado por Canotilho, não obedecem à lógica do tudo ou nada, mas sim à dimensão do peso. (CANOTILHO, 2.000).

Alguns autores consideram que o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular é inerente a qualquer sociedade, sendo condição de sua existência, primordial para a conduta administrativa. O que condiciona também a existência do Estado, que trabalha em interesse público e da coletividade, tendo como escopo a justiça social e o bem comum. Por esse princípio entende-se que havendo conflitos entre direitos de um particular com um direito de interesse público coletivo, deve prevalecer este último. (MELLO, 2.007).

Nesse sentido, a Constituição de 1.988 não permite a privatização do meio ambiente, e busca o desenvolvimento sustentável. Ressaltando que compõe a sustentabilidade, também, “o desenvolvimento socialmente justo, com a distribuição das riquezas e do conhecimento”. Para Farias:

... uma aplicação eficiente de desenvolvimento sustentável faz-se necessário um levantamento da medida de suporte do ecossistema, ou seja, estuda-se a capacidade de regeneração e de absorção do ecossistema e se estabelece limite para a atividade econômica. Este limite permite que as atividades econômicas não esgotem o meio ambiente, mas que este seja protegida para o futuro. (FARIAS, 1.999).

Refutando a existência de um princípio de supremacia, Ávila ressalta que o que deve haver é a adequação dos interesses públicos e não a supremacia destes, com o escopo precípua de regular as relações entre o Estado e o particular. Ressalta Humberto que: “Não há dúvida de que a administração não possui autonomia de vontade, mas apenas deve executar a finalidade instituída pelas normas jurídicas constantes na lei dando-lhe ótima aplicação concreta”. (ÁVILA, 2.007).

Os princípios servem para fundamentar e interpretar o direito, assim o interesse público e o interesse privado não estão em conflito, nem há entre eles a relação de prevalência como se pressupõe. O que o princípio de supremacia do interesse público sobre o particular pressupõe é a verificação de algumas condições, onde os interesses, tanto o público como o privado devem ser explicados separadamente, de forma dissociável, “sob pena de ser insustentável uma supremacia intersubjetivamente controlável”. (ÁVILA, 2.007).

A regra é a inviolabilidade dos direitos privados, entretanto, no artigo 5º, XXV, há a predominância do direito público sobre o privado e no artigo 5º XI a do direito privado sobre o público, fazendo com que haja a colisão dos direitos fundamentais. Todavia, a Constituição não apresenta uma solução prévia, ou seja, não se pode atribuir uma resposta pronta em favor deste ou daquele. O interesse público e o privado equiparam-se, estão na Constituição em pé de igualdade. (SCHIER, 2.005)

De acordo com Barroso:

Todos os preceitos constitucionais, de regra ou princípios, encontram-se no mesmo patamar de hierárquica. Não há, na Constituição, uma escala hierárquica de valores ou de princípios. Toda normatividade constitucional deve ser lida nesta perspectiva. (BARROSO, 1.996 apud SCHIER, 2.005).

O artigo 170 da Constituição apresenta um rol com princípios gerais de ordem econômica, que devem ser analisados em conjunto para sua melhor aplicabilidade, buscando a compatibilização entre direito individual de propriedade com a função social da propriedade, que junto com o meio ambiente constituem princípios basilares da ordem econômica, visando “assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social”. (MARQUES, 1.999).

A legitimidade dos princípios constitucionais se dá apenas quando na sua invocação e uso estiver conforme os demais princípios, buscando uma compatibilização entre eles, a “obrigação de ponderação” dos interesses contrapostos, para que não haja o sacrifício de um em detrimento de outro. (MUKAI, 1.998).

Ao aplicar no caso concreto, a oposição de princípios não conduz à eliminação de um deles, mas um princípio cede perante outro, pois estes possuem pesos diferentes em dada circunstância, prevalecendo o de maior peso. (BONAVIDES, 1.996 apud FARIAS, 1.999).

A ponderação dos bens e interesses deve atender o princípio da proporcionalidade, com o objetivo de restringir o uso da propriedade o menos possível, de modo que a lesão não vá além do necessário, visto que se trata de uma limitação administrativa. Todavia, a proteção ambiental por ser assegurada pela sociedade e pelo Estado, é injusta impor ao particular tal ônus. (FARIAS, 1.999).

Embora o direito de propriedade privada seja garantido no artigo 5º, inciso XXIII da Constituição Federal, referente aos direitos fundamentais, este é interpretado de forma restrita, pois deverá atender sua função social no que se refere à proteção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, por ser considerado bem de uso comum do povo. (MUKAI, 1.998).

Embora a função social esteja inserida no direito de propriedade, o proprietário não pode ser obrigado a desempenhar uma função no interesse da sociedade, e por mais que a função social signifique o dever de utilizar adequadamente a propriedade, tudo isso em prol da satisfação e necessidades coletivas, não pode ser privado de suas necessidades individuais. (BORGES, 1.999).

Por isso, equivocada a conclusão de que com a supremacia do interesse público sobre o privado o Estado poderia atuar através das limitações administrativas e com a função social da propriedade para condicionar os direitos do proprietário e suas atividades em busca do bem comum conforme assevera BORGES, (1.999), posto que essas restrições aos direitos dos proprietários, em especial aos pequenos, ensejam a redução de sua renda, o que implica no

constrangimento ao direito ao “piso vital mínimo”, mencionado por Fachin² e ferem o princípio da dignidade da pessoa, ambos direitos fundamentais garantidos constitucionalmente.

3.4 AÇÕES PARA O ESTADO EM RELAÇÃO AO INSTITUTO DA RESERVA FLORESTAL LEGAL

Afirma o pensador José de Castro que o maior problema ambiental é o pobre e a miséria humana, uma vez que a riqueza do mundo decorre da exploração predatória dos recursos da natureza. Assim, os países ricos são aqueles que mais exploraram os recursos naturais no passado. “Alguns poucos poderosos se apropriaram da natureza e seus bens, como se fossem donos exclusivos do planeta, deixando outros tantos povos e países na miséria”. (PETERS, 2.006).

A verdade é que o crescimento por meio de desigualdade, ocasionou uma produção em massa de alimentos, porém com mais fome, miséria e desperdício. Enquanto países centrais praticam o super consumo, maior parte da população mundial vive na pobreza e na fome. De acordo com Carmo:

Na fase eufórica do crescimento econômico, quando o bolo cresceu concentrado, os papéis marginais do social e do ambiental expressaram-se nas assertivas do governo ao abrir as portas ao capital internacional, reforçando a idéia dos espaços continentais brasileiros capazes de absorver uma poluição necessária e pouco impactante ao desenvolvimento industrial nacional. (CARMO, 1.998).

O ambientalismo, face política da questão ambiental, devido aos valores atuais, necessita ter antigas questões revistas, como a cultura e a ética. Com um

² Fachin, Luiz Edson. **Estatuto Jurídico do Patrimônio Mínimo**. 2ªEd. Editora: Renovar. Essa obra trata da garantia patrimonial mínima inerente a toda pessoa humana, integrante da respectiva esfera jurídica individual ao lado dos atributos pertinentes à própria condição humana. Trata-se de um patrimônio mínimo indispensável a uma vida digna do qual, em hipótese alguma, pode ser desapossada, e cuja proteção está acima do interesse dos credores. Esta tese fundamenta-se no princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e de uma hermenêutica crítica e construtiva da codificação civil.

desafio político para uma nova relação entre os homens, com o escopo de solucionar os problemas como: distribuição de riqueza, alimentação, energia, poluição, urbanização, industrialização e crescimento populacional, com uma evolução harmônica das economias nacionais. (CARMO, 1.998).

Segundo o Princípio da Obrigatoriedade da Ação Estatal, o Estado tem o dever por todos os meios possíveis prevenir as degradações e havendo punir e responsabilizar o responsável, devendo ainda “assumir a condução da política ambiental, por meio de seus órgãos competentes, efetivando os controles necessários à manutenção da qualidade de vida”. (MATOS, 2.001).

É dever do Estado a proteção dos recursos humanos naturais, com previsão na Declaração de Estocolmo (Princípio 21) e na Declaração do Rio (Princípio 2): “Cabe ao Estado a responsabilidade por assegurar que atividades dentro de sua jurisdição ou controle comum não causem danos ao meio ambiente”. É ainda dever estatal criar estrutura legislativa que imponha responsabilidades pelos danos causados ao meio ambiente. (Princípio 13 da Declaração do Rio). (SAMPAIO E OUTROS, 2.003). Nesse mesmo sentido, Matos explica que: “o Estado deve assumir a condução da política ambiental, por meio de seus órgãos competentes efetivando os controles necessários à manutenção da qualidade de vida”. (MATOS, 2.001).

A Constituição em seu artigo 225, como já explanado anteriormente, imputa à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações, incentivando a participação popular por: “plebiscitos, referendos e iniciativa legislativa popular ambiental, fóruns, conselhos, consultas, debates e audiências públicas”. (SAMPAIO E OUTROS, 2.003).

Com o objetivo de promover a conscientização e importância dos recursos naturais, o artigo 225, § 1º, IV e VI, impõe que haja a promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para preservação do meio ambiente. (BRASIL, 1.988).

Embora o Estado tenha grande parte da responsabilidade pelo equilíbrio do meio ambiente, salienta o princípio da Cooperação, o qual estende à coletividade o dever de proteger o meio ambiente para as presentes e futuras gerações, para que a coletividade e o Poder Público participem em conjunto, buscando “viabilizar a proteção ambiental e a materialização da idéia de desenvolvimento sustentável”. (BRITO, 2.013).

No Sentido de uma política científica e tecnológica em uma perspectiva de sustentabilidade, o estudo da FAO/PNUD/Mara defende a pesquisa em sistemas agrícolas mais complexos, integrando agricultura e pecuária para produção de produtos tradicionais, voltada para o desenvolvimento de produtos de alto valor agregado. Por fim, Kitamura recomenda estímulos como: preços de suporte, crédito agrícola, etc. para “aqueles que adotarem tecnologias ambientalmente benignas ou de recuperação ambiental”. (KITAMURA, 1.998 *apud* MENEZES, 1.998).

A verdade é que necessário se faz políticas que integre a terra, o agricultor, o processador, o comerciante e o consumidor, buscando um equilíbrio entre eles. Buscando harmonia entre a gente urbana e rural, todos responsabilizando mutuamente pelas suas necessidades. (MENEZES, 1.998).

A obrigatoriedade do proprietário rural para cumprir diversas leis que objetivam a preservação do meio ambiente faz com que ele atue em prol da coletividade, já que é cobrado por um dever que não cabe somente a ele, uma vez que zelar pelo meio ambiente é dever de todos, já que todos dele se beneficiam.

Aduz o Princípio da Cooperação que se estende à coletividade o dever de proteger o meio ambiente para as presentes e futuras gerações, visto que a ação do Poder Público não seria suficiente e eficaz para a tutela ambiental, necessitando a participação simultânea deste e da coletividade, com o objetivo de viabilizar a proteção ambiental e a materialização da ideia do desenvolvimento sustentável. (BRITO, 2.010).

A reserva legal é um dever imposto por lei ao proprietário rural brasileiro, constituindo hoje, em verdadeiro dogma. Sua exigência transcende, em muito, os motivos pelos quais foi criado esse instituto, que era a manutenção na propriedade, de uma reserva de recurso florestal. Mesmo considerando o conceito atual, cuja função é de “assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa”, hoje existem fragmentos de florestas, em maior parte sem ligação uns com os outros, o que impede a locomoção de animais e disseminação de sementes, prejudicando a preservação de plantas e animais. (MIRANDA, 2.009), o que faz com que esses fragmentos de reserva legal não tenham a importância que lhe é atribuída. Mesmo assim a obrigatoriedade da sua manutenção a título de Reserva legal permanece. Com que função?

3.4.1 Exemplificação de Ônus Econômico Decorrente da Exigência da Reserva Florestal Legal

Em pesquisa realizada em uma pequena propriedade no município de Guarujá do Sul no estado de Santa Catarina TAUBE (2.012), concluiu que para cumprir com as normas ambientais a área disponível para trabalho diminui de 8,2 para 6,37 hectares, passando a renda de um saldo líquido de R\$ 17.640,00 anual, ou seja, R\$1.470,00 de renda mensal para R\$12.600,00 anual, ou R\$1.050,00 de renda mensal.

Padilha Junior (2.005) analisa as disponibilidades das terras do estado do Paraná com a efetivação da reserva legal. Segundo o autor, o impacto físico consistiria em uma redução de 3,2 milhões de hectares.

Mazeto (2.011), em seu trabalho realizado com pequenos produtores rurais do estado do Rio Grande do Sul, constata que a não utilização da área de reserva legal para produção agropecuária reflete diretamente no faturamento da propriedade. Cita ainda o descontentamento de um produtor, o qual diz: “o produtor paga sozinho pelo ônus de se manter reservas ambientais particulares enquanto o benefício é de toda a sociedade, que deveria participar desse ônus, reembolsando os créditos de carbono”.

4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A proposta deste trabalho foi buscar alicerces históricos para demonstrar o ônus imposto ao trabalhador rural na preservação da reserva legal. Neste sentido, considerando a extensão do dispositivo constitucional ao direito ao meio ambiente saudável, devido a sua expressividade atual, demonstrou-se que o Estado transfere aos particulares a responsabilidade que a ele cabe.

No que tange aos direitos fundamentais entende-se que o dever de preservar o meio ambiente é do Poder Público e de toda coletividade sem fazer qualquer distinção, pois do meio ambiente todos fazem o uso, visto que é bem essencial a sobrevivência dos seres vivos.

A partir deste entendimento é que implica a afirmação do dever do Estado de proteção do indivíduo, da coletividade, com a necessidade de procurar um ponto de equilíbrio entre as atividades econômicas e a qualidade de vida, considerando a evolução tecnológica e crescimento demográfico.

Dessa forma, o Estado possui o dever de garantir a coexistência do direito de propriedade e da dignidade da pessoa humana respeitando o meio ambiente. Todavia, não se verifica efetividade na busca pelo equilíbrio entre direitos e deveres, o que de certo traz consequências lesivas ao pequeno proprietário/produtor rural que fica vulnerável as imposições legais.

Observa-se que a preocupação com a conservação do meio ambiente sempre esteve vinculada com a questão econômica, tendo em vista que desde as ordenações portuguesas o objetivo era a manutenção de madeira para a fabricação dos navios da coroa portuguesa e a manutenção de seu mercado.

Neste sentido, a Reserva Legal fora imposição legal aos proprietários rurais como uma limitação administrativa, a quem tem seu direito de propriedade, mas que arca com todo o ônus. Outrossim, a Reserva Legal não pode ser vista apenas como obrigação e ônus para o proprietário rural, uma vez que a própria Constituição da República dispõe que é do Poder Público e de toda coletividade a obrigação de preservar e defender o ambiente.

Os pequenos proprietários rurais, os quais alguns não conseguiram adequar às normas a eles impostas, se depararam com a inviabilidade de seu trabalho devido a reserva legal, sem uma mínima compensação pela sua obrigação

de preservar. Salienta-se que o dever de preservar é de todos, inclusive do Estado, que não apresenta soluções para a discrepância ora suscitada.

Ressalta-se que, a sadia qualidade de vida e o meio ambiente equilibrado dependem de diversos fatores, e a reserva legal não é o suficiente para a preservação. Deve haver a cooperação entre o particular, o Estado e a coletividade, visto que todos usufruem do bônus, porém apenas o particular é financeiramente afetado.

É importante ressaltar que o Instituto da Reserva Legal é um modelo nacional, já que não adotado por nenhum outro país a não ser o Paraguai, que o importou de nosso sistema. É mister que novos estudos sejam elaborados na doutrina comparada para verificar como a função social da propriedade é cumprida nesses países em que não existe a Reserva Legal, para que se possa avaliar se de fato esse instituto é imprescindível para cumprir o dispositivo constitucional preconizado no art. 225, que estipula o poder-dever de proteger o meio ambiente e preservá-lo para as futuras gerações.

Conclui-se enfim que seria necessária uma política pública a qual auxilie particularmente os pequenos proprietários rurais, a qual os compense pela obrigação que cumprem em benefício de todos. Destaca-se ainda que a maior parte desses proprietários rurais cresceram com o trabalho da agricultura e não sabem tirar seu sustento de outra forma, e que o êxodo rural causaria outro problema social.

Conforme exemplos aludidos, onde apontam perda de valores expressivos quanto à produção devido à diminuição da área cultivável para adequação à lei, que prejudica o pequeno proprietário rural, chegando a inviabilizá-lo com o trabalho.

A Lei nº 8.171 de 17 de janeiro de 1.991, a qual dispõe acerca da Política Agrícola, aduz que esta se subordina às normas e princípios de interesse público, de forma que seja cumprida a função social e econômica da propriedade. Nesse aspecto, o processo de desenvolvimento agrícola deve proporcionar ao homem do campo o acesso aos serviços essenciais: saúde, educação, segurança pública, transporte, eletrificação, comunicação, habitação, saneamento, lazer e outros benefícios sociais. (BRASIL, 1.996).

A mencionada lei prevê a assistência técnica e de extensão rural para buscar soluções adequadas para os problemas dos proprietários rurais, com atendimento gratuito aos pequenos produtores.

Assim, recomenda-se o presente trabalho que haja a compensação dos pequenos proprietários rurais por meio de pagamento por serviços ambientais ou ecossistêmicos, como por exemplo: os alimentos, a água e seus princípios ativos, recursos genéticos, energia (hídrica, combustíveis de biomassa), reservatório de material genético, controle de erosão e sedimentação, sequestro de carbono e regulação climática, controle biológico de pragas e doenças, serviços intelectuais e culturais, como o ecoturismo e descobertas científicas, dentre outros.

O proprietário rural ao dispor parte de sua propriedade para a reserva legal acaba por cumprir com o dever que cabe ao Estado e aos demais, nada mais justo que haja uma recompensa financeira por essa preservação forçada.

É dever do Estado a proteção dos direitos humanos, com previsão em Declarações Internacionais, cabe ao Estado (e não ao cidadão, e/ou proprietário rural) a responsabilidade por assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, controlando as atividades dentro de sua jurisdição, criando estrutura legislativa e administrativa para implementar ações que visem verificar eventuais danos causados ao meio ambiente, e criando condições para que a política ambiental se concretize em um ambiente de harmonia social e de dignidade humana.

Todavia vale ressaltar que as conclusões levam a desdobramentos e novas indagações e por isso se vislumbra a necessidade de dar continuidade ao estudo, eis que os problemas também reincidem.

REFERÊNCIAS

ABREU, Katia. **Katia Abreu defende debate sobre Código Florestal e critica reserva legal.** Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2010/06/22/katia-abreu-defende-debate-sobre-codigo-florestal-e-critica-reserva-legal>> Acesso em : 06 de janeiro de 2.014.

AHRENS, Sérgio. **O “novo” Código Florestal Brasileiro: Conceitos Jurídicos Fundamentais.** VIII Congresso Florestal Brasileiro, 25 a 28-08-2003. São Paulo – SP. 2.003.

AHRENS, Sérgio. **Sobre a Reserva Legal: origens históricas e fundamentos técnico-conceituais.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO AMBIENTAL, 11: Flora, Reserva Legal e APP. São Paulo. Planeta Verde. Vol. 1. 2.007.

ALVARENGA, Octávio Mello. **Política e Direito Agro Ambiental: Comentários a Nova Lei de Reforma Agrária: (Lei nº8629 de 25 de fevereiro de 1993.** Rio de Janeiro: Forense. 1997.

AMÂNCIO, Robson. **Função social a ambiental da propriedade rural: um estudo de caso na microregião de Lavras, MG.** Disponível em: <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/08/GT10-Robson-Am%C3%A2ncio.pdf>> Acesso em: 28 de abril de 2.013.

ANTUNES. Paulo de Bessa. **Comentários ao Novo Código Floresta.** São Paulo. Editora Atlas. 2.013.

ÁVILA. Humberto. **Repensando o “Princípio da supremacia do poder público sobre o particular”.** Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado. Número 11. Setembro/ outubro/ novembro. Salvador – Bahia. 2.007.

BACHA, Carlos José Caetano. **Eficácia da Política de Reserva Legal no Brasil**. 2.003. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/06O368.pdf> Acesso em: 27 de junho de 2.013.

BANTEL, Carlos Adolfo. **Alteração do Código Florestal. Visão e Contribuição dos Profissionais da Área Tecnológica**. Brasília. CONFEA. 2.010.

BOBBIO, Norberto. **A era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus. 1992.

BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. **Função ambiental da propriedade rural: direito ambiental, função social da propriedade, bens ambientais, espaços territoriais especialmente protegidos, indenização, legislação e jurisprudência**. Editora LTr. São Paulo. 1.999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: www.planalto.gov.br Acesso em: 12 de março de 2.013.

BRASIL. **Lei nº 4.771/65. Código Florestal Brasileiro**. Disponível em: www.planalto.gov.br Acesso em: 12 de março de 2.013.

BRASIL. **Lei nº 12.651/2.012. Novo Código Florestal Brasileiro**. Disponível em: www.planalto.gov.br Acesso em 12 de março de 2.013.

BRITO, Fernando de Azevedo Alves. **Ação Popular Ambiental: uma abordagem crítica**. 2. ed. São Paulo: Nelpa, 2010.

BRITO, Fernando de Azevedo Alves. **O Princípio da precaução e a sua importância para a tutela do meio ambiente e da saúde**. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8998>Acesso em: 08 de julho de 2.013.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7ª Edição. São Paulo. Editora Almedina. 2.003.

CARMO, Maristela S. do. **A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável, Agricultura em São Paulo**. SP, 45 (1):1-15, 1.998. (ISSN 0044-6793).

DELMANTO, Celso. **Poluição do ar e Direito Penal**. Justitia. São Paulo. Out/dez. 1.979.

DEON SETTE, Marli T. **Direito Ambiental** / Marli T. DeonSette; Marcelo Magalhães Peixoto, Sérgio Augusto ZampolPavani, coordenadores. – São Paulo: MP Ed., 2.010. – Didática jurídica.

DUTRA, Osório Vieira. Reserva Legal. **Direito Ambiental**. Editora Conceito. São Borja – Rio Grande do Sul. 2.009.

FACHIN, Luiz Edson. Estado Jurídico do Patrimônio Mínimo. 2ª Edição. São Paulo. Editora Renovar. 2.006.

FAEP. Boletim Informativo. **Um Código Florestal para o Paraná**. Ano XXVI. Nº 1132. 11 a 17 de abril de 2.011.

FARIAS, José Leite. **Competência Federativa e Proteção Ambiental**. 1999.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno e BRANDENBURG, Alfio. **Para pensar outra agricultura**. 2ª edição. Curitiba. Editora UFPR. 1.998.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. Ed. Saraiva. 2009.

FRANCO, Antonio Souza. **Ambiente Desenvolvimento. In: Textos: Ambiente e consumo**: Lisboa: Centro de Estudos Jurídicos. 1996.

FRANCO. José Augusto de Oliveira. **Legislação Florestal Brasileira: Efetividade e implicações para a agricultura familiar**. UFPR. 2.009.

FREITAS. Vladimir Passos de. **Direito ambiental em evolução**. 2ª Edição. (ano 2.003), 4ª tir./ Editora Juruá. Curitiba. 2.006.

FRIES. Valdir Edemar. **A ordem econômica em relação à produção agropecuária e o meio ambiente**. Disponível em: <<http://valdirfries.wordpress.com/2012/03/15/a-ordem-economica-em-relacao-a-producao-agropecuaria-e-o-meio-ambiente/>> Acesso em 12 de março de 2.012.

HARADA, Kiyoshi. **Desapropriação: doutrina e prática**/KiyoshiHarada. 7ª Edição. São Paulo: Editora Atlas. 2.007.

HEIMANN, Jaqueline de Paula. **Governança Florestal Brasileira: tendências, obstáculos e uma proposta para sua efetivação**. UFPR. 2.012.

LEITE, José Rubens Morato e AYALA, Patryck de Araújo. **Direito Ambiental na Sociedade de Risco**. Ed. Forense Universitária. São Paulo. 2002.

LOVATELLI. Carlos. **Práticas agrícolas e demandas do mercado**. Disponível em: <<http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/artigos/praticas-agricolas-e-demandas-do-mercado>> Acesso em: 27 de junho de 2.013.

LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. Edição Revista, Atualizada e Ampliada. RT. São Paulo: 2003.

MACHADO. Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 20ª Edição, revista, atualizada e ampliada. Editora Melheiros. São Paulo. 2.012.

MACHADO. Paulo Affonso Leme. Legislação Florestal (Lei. 12.651/2.012 e Competencia e Licenciamento Ambiental) (Lei complementar 140/2.011) Malheiros Editora Ltda. São Paulo. 2.012.

MARQUES, José Roque Nunes. **Direito ambiental – análise da exploração madeireira na Amazônia**. Editora LTr. São Paulo. 1.999.

MATOS, Eduardo Lima de. **Autonomia municipal e meio ambiente**. Belo Horizonte: Del Rey. 2001.

MAZETO, Paulo César. **A obrigatoriedade da Reserva Legal e os impactos nas atividades agropecuárias de pequenos produtores**. Porto Alegre. UFRGS. 2011.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 35ª Ed. São Paulo: Malheiros. 2009.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 23ª ed. São Paulo: Malheiros. 2007.

MENESES, Francisco. **Sustentabilidade Alimentar: uma nova bandeira?** In Ferreira, Ângela Duarte Damasceno. BRANDENBURG, Alfio. (Org). Para Pensar outra agricultura. Curitiba. Editora UFPR. 1998.

MILARÉ. Édis. Direito do Ambiente. **A gestão ambiental em foco – doutrina – jurisprudência – glossário**. 6ª Edição. Editora Revista dos Tribunais. 2009.

MILARÉ. Édis e MACHADO. Paulo Affonso Leme. **Novo Código Florestal**. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo. 2013.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. **Reserva Florestal Legal**. Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente. Disponível em:

<<http://www.meioambiente.caop.mp.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=15>> Acesso em: 28 de abril de 2013.

MIRANDA, Marcio. **Áreas de Preservação Permanente e reserva legal: o que dizem as leis para a agricultura familiar?** Londrina: IAPAR. 2009.

MUKAI, Toshio. **Direito Ambiental Sistematizado**. Ed. Forense Universitária. Rio de Janeiro. 1998.

NOGUEIRA, Cândida Aparecida. SOUZA, Marcelo Agamenon Góes de. **II Encontro de iniciação científica e I encontro de Extensão Universitária**. Vol. 2. N. 2. Presidente Prudente – São Paulo. 2.006.
<<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1230/1172>>
Acesso em: 10 de junho de 2.013.

PACHECO, Sergio. **O Novo Código Florestal e a Isenção da Reserva Legal para áreas inundadas pelos reservatórios das hidrelétricas**. Disponível em:
<<http://www.abce.org.br/downloads/Artigo%20RL.pdf>> Acesso em: 10 de junho de 2.013.

PADILHA. João Batista Júnior. **O Impacto da Reserva Legal Florestal sobre a Agropecuária Paranaense, em um Ambiente de Risco**. UFPR. 2.004.

PENTEADO, Luciano de Camargo. **Direito das Coisas**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2.008.

PEREIRA, Osny Duarte. **Direito Florestal Brasileiro**. Editor Borsoi. 1.950. Benfica - Rio de Janeiro.

PETERS. Edson Luiz. **Meio Ambiente & Propriedade Rural**. 1ª Edição. 4ª tir. Editora Juruá. 2.006.

PIRES, Paulo de Tarso de Lara. **A influência do imposto territorial rural sobre a atividade rural**. UFPR. 1.999.

PIVA, Rui Carvalho. Bem Ambiental. Max Limanad. São Paulo. 2.000.

RAMOS, Erasmo Marcos. **Direito Ambiental comparado (Brasil-Alemanha-EUA): uma análise exemplificada dos instrumentos ambientais brasileiros à luz do direito comparado**. Midiograf. II. Maringá –Paraná. 2.009.

RATUCHENI. Verônica Matulaistis. **Reserva Legal: Dicotomia entre a normatização e a sua efetividade**. UFPR. 2.011.

REBELO, Aldo. **O MP e o Código Florestal**. Disponível em: <<http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/artigos/o-mp-e-o-codigo-florestal>> Acesso em: 09 de abril de 2013.

RODRIGUES, Rubens Tedeschi. **Comentários ao estatuto da cidade**. Editora Millennium. Campinas. 2.002.

SAMPAIO, José Adércio Leite. WOLD, Chris. NARDY, Afrânio. **Princípios de direito ambiental: na dimensão internacional e comparada**. Editora Del Rey. Belo Horizonte. 2.003.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Direito Constitucional Ambiental: constituição, direitos fundamentais e proteção do ambiente** / Ingo Wolfgang Sarlet, Tiago Fensterseifer; prefácio à 1ª edição: Antonio Herman Benjamin; apresentação à 1ª edição: José Rubens Morato Leite. – 3. Ed. Ver. , atual. E ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2.013.

SCHIER, Paulo Ricardo. **Ensaio sobre a supremacia sobre o interesse público sobre o privado e o regime jurídico dos direitos fundamentais**. Revista HISTEDBR *On-line*, Campinas n. 18, p; 114-128, jun. 2.005.

SERAFINI, Deniz Espedito. **Reserva Legal e função social da propriedade**. Disponível em: <<http://www.abpr.com.br/artigos/ler/1/>> Acesso em: 28 de abril de 2.013.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**.. Ed. Malheiros. 1995.

SILVA, Américo Luis Martins da. **Direito do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais**. São Paulo. Revista dos Tribunais. 2.005.

SODRÉ. Antonio de Azevedo. **Meio Ambiente e agricultura no Novo Código Florestal**. Disponível em:

<<http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/artigos/meio-ambiente-e-agricultura-no-novo-codigo-florestal>> Acesso em: 27 de setembro de 2.012.

TAUBE. Mônica Regina. SEHNEM. Simone. CERICATO. Alceu. Et al. **Estudo da viabilidade econômica em pequenas propriedades rurais após alteração do código florestal brasileiro**. Revista Eletrônica Sistemas & Gestão. Volume 7, nº 4. 2.012.

VI SIMPÓSIO TECNOLOGIA de PRODUÇÃO de CANA-DE-AÇÚCAR, **Nova Lei Florestal: Impactos no Setor sucro energético de São Paulo**. 10 de julho de 2.013.